

cies _iscte

**Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia**

**INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL,
2020**

RELATÓRIO FINAL

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Setembro 2021, Lisboa

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO
ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020**

EUROSTUDENT VII

ELABORAÇÃO DO ESTUDO: Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Susana da Cruz Martins (Coord.)

Rosário Mauritti

Bernardo Machado

António Firmino da Costa (consultor)

Pedro Ramos (consultor)

PROMOÇÃO DO ESTUDO: DGES-MCTES

Lisboa, setembro de 2021.

* Esta versão do relatório substitui a versão anterior que data de julho de 2021.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Índice

FICHA TÉCNICA.....	3
Índice	5
Índice de quadros.....	7
ENQUADRAMENTO DO ESTUDO	13
Estudantes do ensino superior em Portugal: trajetos e condições de vida e estudo	14
Operacionalização da pesquisa	16
Procedimentos de recolha de informação e de amostragem	16
Desvios amostrais e definição e construção do ponderador.....	16
Indicadores propostos no âmbito do Projeto EUROSTUDENT VI: construção e validação	17
CAPÍTULO 1 Dinâmicas e elementos de caracterização dos estudantes	19
A demografia no acesso e frequência do ensino superior.....	19
Estudar no ensino superior e a experiência de imigração.....	23
Estudar no ensino superior com uma necessidade educativa especial	25
CAPÍTULO 2 Percursos escolares em pandemia: Transição e acesso ao ensino superior e modalidades de estudo.....	29
À entrada do ensino superior	29
Percursos no ensino superior	32
Experiência internacional na formação	33
Experiências de trabalho: impactos no acesso e no desenvolvimento da formação.....	34
CAPÍTULO 3 Avaliações da qualidade do ensino superior e perceções dos estudantes sobre o desempenho académico	39
CAPÍTULO 4 Origens sociais e residência	45
Elementos de caracterização das origens sociais.....	45
Contextos de residência	50
CAPÍTULO 5 Despesas e custos de vida	55
Todos os estudantes, custos totais.....	55
Estudantes que vivem com os pais, custos totais.....	56
Estudantes que não vivem com os pais, custos totais.....	58
Custos de vida, todos os estudantes.....	59
Custos de vida dos estudantes deslocados e dos estudantes em casa própria	66
Atividades relacionadas com o estudo.....	71

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Capítulo 6 Rendimentos e apoios públicos.....	77
Fontes de rendimentos dos estudantes	77
Os rendimentos provenientes da família e do trabalho.....	78
Apoios públicos do Estado	81
Rendimentos gerais e desigualdades de recursos.....	84
CAPÍTULO 7 Emprego e orçamento de tempos	87
CAPÍTULO 8 Mobilidade e internacionalização	95
Referências bibliográficas.....	101
ANEXO	104

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Índice de quadros

Figura 1 Inscritos, por nível de formação, em Portugal, 2000/01 a 2020/21	15
Quadro 1.1 Idade dos estudantes à entrada do ensino superior, 2016/2017 (2.º semestre) e 2020/21 (1.º semestre) (%)	19
Quadro 1.2 – Idade dos estudantes à entrada do ensino superior, 2016/2017 (2.º semestre) e 2020/21 (1.º semestre) (em anos de idade)	20
Figura 1.1 Distribuição das idades dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre)	21
Quadro 1.3 – Estudantes do ensino superior segundo o sexo e escalões etários, 2020/21 (1.º semestre) (%)	21
Quadro 1.4 – Estudantes do ensino superior com filhos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	22
Quadro 1.5 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por idade do filho mais novo, 2020/21 (1.º semestre) (% e anos)	23
Quadro 1.6 – Experiências e origens migratórias dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	24
Quadro 1.7 – Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente) dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	24
Quadro 1.8 – Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, 2020/21 (1.º semestre) (%)	26
Quadro 1.9 – Perceções manifestadas pelos estudantes do ensino superior acerca da “visibilidade” da sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, 2020/21 (1.º semestre) (%)	26
Quadro 1.10 – Estudantes do ensino superior segundo o impacto que a sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional manifestam nas tarefas do dia-a-dia e de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (%)	27
Quadro 1.11 – Estudantes do ensino superior segundo a classificação que atribuem aos apoios que recebem para fazer face às suas incapacidades, problemas de saúde ou limitações funcionais nos estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	27
Quadro 2.1 - Momento de decisão de prossecução dos estudos no ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	29
Quadro 2.2 – Tempo de transição do ensino secundário para ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	30
Quadro 2.3 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de vias de acesso ao ensino superior utilizadas (vias tradicionais ou vias não tradicionais ⁽¹⁾), 2020/21 (1.º semestre) (%)	30
Quadro 2.4 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por tipo de vias de acesso ao ensino superior segundo a idade, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)	31
Quadro 2.5 – Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início de um programa de estudos de mestrado segundo o tipo de instituição (%)	32
Quadro 2.6 – Estudantes do ensino superior por ano de estudo no atual programa de estudos, segundo o ciclo de estudos (%)	32
Quadro 2.7 - Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior português (local onde obtiveram certificação para aceder ao ensino superior) segundo o grau de qualificação, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)	33
Quadro 2.8 – Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado, 2020/21 (1.º semestre) (%)	34

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 2.9 –Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	34
Quadro 2.10 – Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior por parte dos estudantes do ensino superior segundo o nível de escolaridade dos pais, o tipo de entrada no ensino superior, e o grau de atividade laboral, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)	35
Quadro 2.11 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal para estudantes que trabalham, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)	36
Quadro 2.12 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a via de acesso ao ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	36
Quadro 2.13 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a área de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (%)	37
Quadro 2.14 – Estudantes do ensino superior a tempo parcial, 2020/21 (1.º semestre) (%)	37
Quadro 2.15 – Estudantes a tempo parcial segundo horas semanais de trabalho remunerado, 2020/21 (1.º semestre) (%)	38
Quadro 3.1 – Avaliação sobre o percurso no curso/programa de estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	39
Quadro 3.2 – Grau de satisfação com o apoio fornecido pelas instituições de ensino superior ou entidades parceiras (por exemplo, associações de estudantes), 2020/21 (1.º semestre) (%)	40
Quadro 3.3 – Avaliação do retorno dado pelos docentes relativamente ao progresso dos estudantes nos estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	40
Quadro 3.4. – O relacionamento com docentes e colegas, 2020/21 (1.º semestre) (%)	41
Quadro 3.5 – Razões que explicam as dificuldades na realização do programa de estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	42
Quadro 3.6 – Autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2020/21 (1.º semestre) (%)	43
Quadro 3.7 – Intenções de abandonar o estudo segundo a autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2020/21 (1.º semestre) (%)	43
Quadro 4.1 – Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) e níveis de escolaridade da população nacional por sexo (45-64 anos) (2020) (%)	45
Quadro 4.2 – Níveis de escolaridade dos pais dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	46
Quadro 4.3 – Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo o tipo de instituição de ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)	47
Quadro 4.5 Comparação do indicador das categorias profissionais* dos pais e mães dos estudantes do ensino superior (2020/21, 1.º semestre) com a população portuguesa empregada (2020) (% em coluna)	49
Quadro 4.6 - Perceção dos estudantes do ensino superior perante os níveis de riqueza dos pais, 2020/21 (1.º semestre) (%)	50
Quadro 4.7 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência, 2020/21 (1.º semestre) (%)	50
Quadro 4.8 – Estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência por idade, 2020/21 (1.º semestre) (%)	51
Quadro 4.9 – Satisfação dos estudantes com os custos, localização e condições do seu alojamento, 2020/21 (1.º semestre) (%)	52

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Quadro 4.10 – Tempo despendido no trajeto entre o alojamento e a instituição de ensino, 2020/21 (1.º semestre) (%)	52
Quadro 4.11 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o local de estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	52
Quadro 4.12 – Local de estudos dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição, 2020/21 (1.º semestre) (%)	53
Quadro 5.1 - Despesas dos estudantes, custos totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	55
Quadro 5.2 - Despesas dos estudantes, custos totais, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	56
Quadro 5.3 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	57
Quadro 5.4 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, por sexo, escolaridade dos pais, por fonte de rendimento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)....	57
Quadro 5.5 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	58
Quadro 5.6 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, por idade, escolaridade dos pais e condição perante atividade económica dos estudantes, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	58
Quadro 5.7 - Despesas dos estudantes – custos com alojamento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	59
Quadro 5.8 - Despesas dos estudantes - custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	60
Quadro 5.9 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	61
Quadro 5.10 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos por outros por idade, contexto de residência e fonte de rendimento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	62
Quadro 5.11 - Despesas dos estudantes - custos com transportes, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	62
Quadro 5.12 - Despesas dos estudantes, custos com comunicações, totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	63
Quadro 5.13 - Despesas dos estudantes, custos com saúde, totais e pagos pelos próprios e Pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	64
Quadro 5.14 - Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	64
Quadro 5.16 - Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia, totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês) ..	65
Quadro 5.17 –Peso relativo dos custos de vida no orçamento global de despesas mensais, 2020/21 (1.º semestre) (%)	65
Quadro 5.18 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	66
Quadro 5.19 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais- custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês) ..	67

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 5.20 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais - custos com alimentação totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês) ..	67
Quadro 5.21 – Despesas com alimentação dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros- despesas por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	68
Quadro 5.22 - Despesas em transportes dos estudantes que não vivem com os pais, totais e pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	69
Quadro 5.23 - Despesas em comunicações dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês).....	69
Quadro 5.24 - Despesas em saúde dos estudantes que não vivem com os pais, totais e pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês).....	70
Quadro 5.25 - Despesas em atividades sociais e de lazer dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	70
Quadro 5.26 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês).....	71
Quadro 5.27 - Despesas em propinas dos estudantes, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês).....	72
Quadro 5.28- Despesas em propinas dos estudantes por grau do programa de estudos atual, por tipo de instituição de ensino superior, por densidade populacional da localização de estudo, por área de estudo, Fonte de rendimentos e proveniência do estudante (nacional ou internacional) (em euros/mês).....	73
Quadro 5.29 - Despesas em materiais de estudo, totais e pagas pelos estudantes e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	74
Quadro 5.30- Despesas dos estudantes, custos totais com atividades de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	75
Quadro 5.31- Peso relativo dos custos com atividades de estudo no montante global de despesas mensais, 2020/21 (1.º semestre) (%)	75
Quadro 5.32- Peso relativo de custos com atividades de estudo por grau do programa de estudos atual no montante orçamento global de despesas mensais, 2020/21 (1.º semestre) (%)	76
Quadro 6.1- Rendimentos dos estudantes por fonte de rendimento, excluindo os apoios públicos e incluindo transferências em género ou intangíveis), 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	77
Quadro 6.2- Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família, 2020/21 (1.º semestre) (%)	78
Quadro 6.3- Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família por contexto de residência, trajetórias escolares e escolaridade dos pais, 2020/21 (1.º semestre) (%)	79
Quadro 6.4 - Rendimento total dos estudantes que são beneficiários de rendimentos da família, rendimento obtido através da família, (em euros por mês)	79
Quadro 6.5 - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho atual dos estudantes que trabalham, percentagem do rendimento obtido através do trabalho atual no rendimento total e rendimento obtido através da família dos estudantes que trabalham, 2020/21 (1.º semestre) (em euros e % por mês).....	80
Quadro 6.6- Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais –rendimento obtido através do trabalho, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	80

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 6.7 - Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - rendimento obtido através do trabalho, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	80
Figura 6.1 - Submissões de requerimentos de bolsas de estudo (a 1 de junho de 2021)	82
Figura 6.2 - Evolução do número de bolsas atribuídas no âmbito da ação social do ensino superior	82
Quadro 6.8 - Rendimentos dos estudantes e apoios públicos, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	83
Quadro 6.9 - Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais e que recebem apoios públicos, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	84
Quadro 6.10 - Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e que recebem apoios públicos, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	84
Quadro 6.11 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais (incluindo transferências em género) dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)	85
Quadro 6.12 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior (medidas de desigualdade)	85
Quadro 6.13 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que não vivem com os pais (medidas de desigualdade)	86
Quadro 6.14 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que vivem com os pais (medidas de desigualdade)	86
Quadro 7.1 - Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado, 2020/21 (1.º semestre) (em horas por semana)	87
Quadro 7.2 - Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades relacionadas com o estudo por tipo de qualificação e por área de estudo (em horas por semana)	88
Quadro 7.3 - Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (%)	88
Quadro 7.4 - Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por área de estudo (%)	89
Quadro 7.5 - Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por intensidade de envolvimento em atividade económica (%)	89
Quadro 7.6 - Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham), 2020/21 (1.º semestre) (horas semanais)	90
Quadro 7.7 - Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)	90
Quadro 7.8 - Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) por intensidade de envolvimento em atividade económica, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)	91
Quadro 7.9 - Estudantes que gostariam de despendar mais tempo com os estudos no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas relacionadas com os estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	91
Quadro 7.10 - Estudantes que gostariam de despendar mais tempo com os estudos no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas não relacionadas com os estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)	92

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 7.11 - Estudantes do ensino superior por condição perante a atividade económica ao longo do período letivo, 2020/21 (1.º semestre) (%).....	92
Quadro 7.12 - Estudantes do ensino superior que trabalham ao longo de todo o período letivo segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)	93
Quadro 7.13 - Estudantes do ensino superior segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada ao longo do período letivo, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)	94
Quadro 7.14 - Razões para o exercício de atividade remunerada, 2020/21 (1.º semestre) (%) .	94
Quadro 8.1 – Estudantes do ensino superior com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)	95
Quadro 8.2 – Estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro por grau de escolaridade ao qual dará acesso o programa de estudos atual, e por escolaridade dos pais, 2020/21 (1.º semestre) (%)	96
Quadro 8.3 – Estudantes que estiveram inscritos numa instituição do ensino superior estrangeira ou têm planos para se inscrever no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)	96
Quadro 8.4 – Grau de escolaridade a que daria acesso o programa de estudos aquando da experiência no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%).....	97
Quadro 8.5 – Tipo de enquadramento ou apoio institucional para desenvolvimento da atividade no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)	98
Quadro 8.6 – Fontes de financiamento para atividade no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%).....	98
Quadro 8.7 –Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional, 2020/21 (1.º semestre) (%).....	99
Quadro 8.8 - Mobilidade e internacionalização, reconhecimento de créditos aquando da realização de atividade no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%).....	100

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

Este estudo diz respeito à caracterização da realidade portuguesa no âmbito da participação portuguesa no projeto EUROSTUDENT, agora na sua 7ª edição, num conjunto de 26 países europeus participantes.

Os principais objetivos deste projeto europeu são a análise da evolução e comparação das condições de vida e estudo dos estudantes do ensino superior, numa dupla perspetiva: de caracterização aprofundada da realidade nacional e de comparação e contextualização no espaço europeu. Este estudo centrar-se-á sobretudo na primeira vertente, ficando a cargo da coordenação internacional do Projeto EUROSTUDENT o desenvolvimento da perspetiva comparada, mesmo que a partir de um trabalho colaborativo entre quase três dezenas de países europeus.

Este contributo tem como principal objeto empírico os estudantes portugueses do ensino superior, permitindo a análise dos dados do inquérito por questionário implementado em Portugal por uma equipa de investigação do CIES-Iscte, e promovido e financiado pela DGES¹-MCTES. No essencial, a equipa que desenvolveu esta pesquisa foi responsável em edições anteriores pelo “Inquérito às condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior”, nomeadamente no Projeto EUROSTUDENT (EII) 2005 e EUROSTUDENT (EIII) 2008, EUROSTUDENT (EVI) 2018. O desenvolvimento do estudo nacional no âmbito do EUROSTUDENT (EVII) e a implementação do respetivo inquérito ainda no ano de 2020 (1.º semestre do ano letivo 2020/2021), em plena pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-coV-2), traduziu-se num enorme desafio face às condições excecionais da própria recolha da informação.

A importância deste inquérito é indissociável da relevância desta população, quer pelo seu alargamento, quer pelo seu protagonismo social, constituindo-se na principal operação de recolha de informação sobre os estudantes do ensino superior em Portugal.

Gostaríamos de deixar, ainda, uma nota de agradecimento pela colaboração fundamental das instituições de ensino superior que, em resposta à solicitação da DGES, mediaram o contacto com os seus estudantes, e aos quase 6400 estudantes que responderam de forma completa a um longo e complexo inquérito por questionário (via *online*).

¹ Direção Geral do Ensino Superior.

Estudantes do ensino superior em Portugal: trajetos e condições de vida e estudo

A participação portuguesa nas várias edições do projeto EUROSTUDENT permitiu produzir um conhecimento sistemático e comparativo sobre esta população (Martins, Mauritti e Costa, 2005 e 2007; Mauritti e Martins, 2007; Martins, 2015; Martins e outros, 2017; Martins e outros, 2018; Martins, 2020). Estas participações acompanharam, quase desde o início, a construção de um Espaço Europeu de Ciência e de Ensino Superior, colocando como principal tônica a análise das condições socioeconómicas, de estudo e de mobilidade dos estudantes inscritos no ensino superior dos países europeus.

O primeiro inquérito do Projeto EUROSTUDENT, ainda sem Portugal entre os seus participantes, acompanhou o início da Declaração de Bolonha (1999), uma das maiores reformas educativas em termos europeus e que tinha como objetivos essenciais a construção desse espaço, o aumento da qualidade e da competitividade, a promoção da mobilidade e a crescente empregabilidade dos diplomados do ensino superior na Europa. Os temas principais deste inquérito permitem fornecer informação sobre os estudantes do ensino superior e dar apoio fundamentado à definição e desenho de muitos destes objetivos e áreas de intervenção política.

Alguns dos seus propósitos pressupõem ainda que, em cada país, um número crescente de indivíduos aceda à educação terciária no seguimento regular de um percurso escolar contínuo ou de forma intercalada ou conjugada com experiências diversas, nomeadamente as de trabalho, reforçando o ensino superior como um espaço alargado e integrador de muitos trajetos, vivências e contextos.

Apesar do aumento notável da população inscrita no ensino superior em Portugal nos últimos 40 anos, o mesmo concretizou-se com algumas oscilações no contingente de entrada. Sendo o ensino superior um setor absolutamente decisivo para o desenvolvimento do país e da Europa, a condução de políticas centradas na sua dimensão social e na inclusão de públicos socialmente diferenciados, constituem esforços que se têm revelado determinantes na qualificação generalizada da população portuguesa. Estes serão desafios que se colocam a um país ainda estruturalmente deficitário de ativos altamente qualificados, mesmo que, como se observa na figura 1, com um contingente cada vez mais relevante de inscritos.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

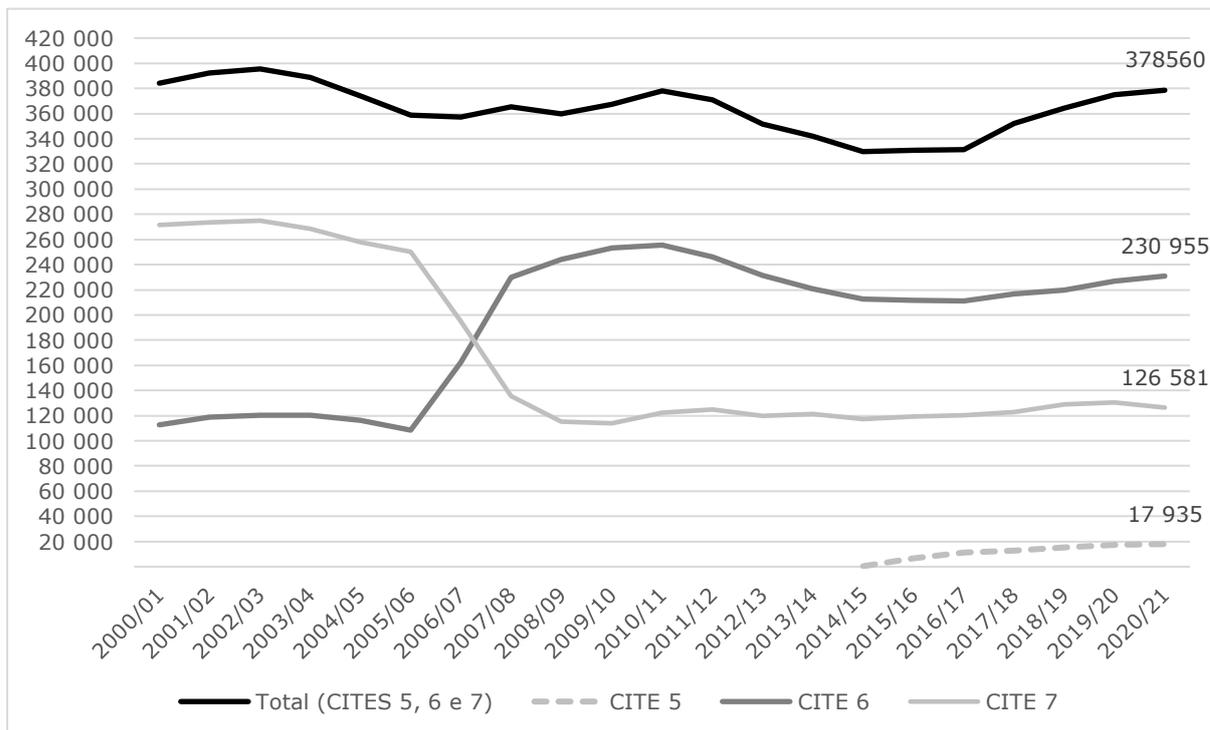


Figura 1 Inscritos, por nível de formação, em Portugal, 2000/01 a 2020/21

Fonte: DGEEC, 2021.

Na comparação com a Europa, a população de 25 a 64 anos que, em 2020, detinha o ensino superior era, em Portugal, de 28,2%; enquanto na União Europeia, no escalão etário, correspondente envolvia, no mesmo ano, 32,8% dos indivíduos (Eurostat, 2021). Podemos dizer que, apesar de a diferença ser ainda inequívoca, estes valores revelam um caminho muito relevante de aproximação do país à Europa.

A pesquisa aprofundada e sistemática sobre a realidade nacional dos estudantes do ensino superior tem revelado uma grande diversidade de recursos, percursos e capacidades de autonomia. Os efeitos de um evento tão disruptivo, como uma pandemia, ainda não são totalmente conhecidos, mas esperamos que este estudo possa, pelo menos, levantar alguns indícios sobre um cenário que ainda se encontra muito incompleto. Na continuidade de estudos anteriores, verifica-se que as mudanças de composição social e condições de vida da população inscrita na educação terciária têm sido efetivas, mas com uma cadência relativamente irregular. Estas evoluções não são alheias a parâmetros institucionais, de oportunidades e constrangimentos, relacionados, entre outros, com a família, o Estado e o trabalho, e as dificuldades ainda sentidas numa efetiva conciliação das componentes de tempo dedicado ao trabalho, aos estudos e ainda à vida familiar.

A presente pesquisa tem, precisamente, como objetivo a caracterização das condições socioeconómicas dos estudantes que frequentam atualmente o ensino superior em Portugal, com vista a manter o conhecimento atualizado dessas condições e a possibilitar comparações internacionais, através do Projeto EUROSTUDENT (EVII).

Operacionalização da pesquisa

Procedimentos de recolha de informação e de amostragem

A recolha de informação contida na amostra final foi levada a cabo entre 6 de novembro e 18 de dezembro 2020, obtendo-se 6394 casos válidos a partir do convite a toda a população estudantil do ensino superior, excluindo os estudantes de doutoramento (CITE 8), referente a um universo de 357.327 estudantes, tendo por referência os dados administrativos da DGEEC,² em 2019/20 (os mais recentes disponíveis na altura da recolha de informação).

O procedimento de inquirição utilizado foi *online* (através do *software* Limesurvey, vocacionado para este tipo de operação). A amostra resulta de uma taxa de retorno bruto (casos válidos por total de convites efetuados) de 0,018 (1,8%) e como taxa de retorno líquido 0,76 (se tivermos em conta os casos válidos a dividir pelo número de respondentes).

Como já foi mencionado, este inquérito teve condições de implementação muito especiais no ano de 2020. Com a deflagração da epidemia provocada pela Covid-19, o ensino superior português esteve durante vários períodos com as aulas presenciais interrompidas. A incerteza pautada pela imprevisibilidade da propagação do vírus aconselhou países, como Portugal, a não implementarem o inquérito no 2.º semestre do ano letivo de 2019/20. O 1.º semestre do ano letivo seguinte (2020/21) tornou-se, assim, a única oportunidade para a realização do inquérito no sistema de ensino superior português, permitindo a integração dos dados nacionais na 7.ª edição do Projeto EUROSTUDENT. A implementação do inquérito, entre novembro e dezembro de 2020 (no 1.º semestre de 2020/2021), foi também decidida porque, precisamente, a maioria das instituições retornou ao ensino presencial nesse período, mesmo que de forma híbrida ou em combinação simultânea com outras modalidades. Tal opção teve ganhos, por exemplo, na captação da experiência e condições de vida dos estudantes deslocados, mas certamente prejuízos, como a aferição, num outro caso, da percentagem de bolseiros da ação social. Os estudantes portugueses podem candidatar-se a uma bolsa da ação social até ao final do período letivo (31 de maio) e, apesar de a maior parte o fazer durante o 1.º semestre letivo, impossibilitou, na altura, de se ter uma ideia relativamente completa sobre esta atribuição.

Desvios amostrais e definição e construção do ponderador

Apesar de a distribuição da amostra em algumas das variáveis nucleares ser relativamente próxima à verificada no universo, o ponderador definido foi relativamente importante para a sua correção.

Para se corrigirem alguns dos desvios identificados, definiu-se um ponderador combinado que pudesse ter em conta variáveis conhecidas no universo, nomeadamente, de tipo institucional (universitário e politécnico), a área de formação

² Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência.

(área de estudo, considerando a CITE de 2013) e, por último, de tipo demográfico (como o sexo e a idade). Estas variáveis têm um encadeamento sob a forma de *nested tables*, sendo no final cruzadas pelo tipo de qualificação (dividida em 2 categorias) (ver em anexo as tabelas resultantes com os pesos por célula que serviram de base à construção do ponderador).

Para essa definição e construção do ponderador seguiram-se as orientações inscritas no manual europeu para o efeito, com instruções específicas para o tratamento, “limpeza” e ponderação dos dados.³ O ponderador nacional foi verificado e testado pela coordenação do trabalho de campo (IHS, Áustria) do projeto europeu EUROSTUDENT VII.

Indicadores propostos no âmbito do Projeto EUROSTUDENT VI: construção e validação

A construção dos indicadores teve como principal referência as convenções estabelecidas pelo Projeto EUROSTUDENT, inscritas e detalhadas no manual de procedimentos EUROSTUDENT VI (2019), *Instructions on Data processing: Essential information on EUROSTUDENT VII data preparation, cleaning and weighting*. A sua construção, vocacionada, também, para segmentos específicos, permitiu a verificação mais detalhada dos dados relativos a todos os indicadores. Foram, neste seguimento, tomadas decisões de “limpeza” e correção de dados.

Os manuais de processamento dos dados relativos ao EUROSTUDENT continham um conjunto de indicações para a aferição crítica dos casos e da sua plausibilidade para todos os indicadores (primários e derivados). O nosso trabalho junto da equipa de coordenação do trabalho de campo (da Áustria), do Institute for Advanced Studies, permitiu reforçar essa validação da qualidade dos dados. A partir de ficheiros *macros* pré-definidos, foi possível o carregamento da informação para a plataforma EUROSTUDENT DDM. Iniciou-se, nessa sequência, um novo período de correção ou “limpeza”, a partir de uma verificação automática existente na própria plataforma. Adicionalmente, estivemos em regular interlocução com os colegas austríacos para o reforço e melhoria desses mesmos procedimentos. Este processo de verificação decorreu durante o mês de março de 2021. A plausibilidade dos dados foi aferida também através de referenciais institucionais nacionais que nos permitiram uma maior fiabilidade na leitura e caracterização da realidade portuguesa.

Para além dos indicadores definidos pelo Projeto EUROSTUDENT, foram incorporados um conjunto de indicadores nacionais para analisar a realidade portuguesa de forma mais aprofundada. Esses indicadores incidem, sobretudo, sobre a caracterização das modalidades de estudo adaptadas à situação pandémica e sobre o sucesso educativo dos estudantes.

³ Seguindo as indicações presents no manual *EUROSTUDENT VII INSTRUCTIONS ON DATA PROCESSING: Essential information on EUROSTUDENT VII data preparation, cleaning and weighting*.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

CAPÍTULO 1 Dinâmicas e elementos de caracterização dos estudantes

A demografia no acesso e frequência do ensino superior

Os padrões demográficos europeus estão em transformação (Claeys-Kulikm Jørgensen e Stober, 2019). Tais alterações têm sido notadas também na população em formação na educação terciária (Pedrosa e outros, 2017). No ensino superior, a contração demográfica, muito presente na realidade portuguesa, tem sido relativamente compensada pelo aumento da diversidade de públicos e pela entrada de novos segmentos sociais neste nível de ensino (Martins, 2015). Alguns dos dados deste estudo permitem ainda saber como é que a deflagração da pandemia em 2020 poderá ter afetado estas tendências.

Deste modo quais parecem ter sido os efeitos das medidas para dar resposta a uma inesperada crise pandémica? Que efeitos imediatos da pandemia verificámos na composição sociodemográfica do ensino superior em Portugal?

Apesar de os estudantes portugueses serem dos mais jovens da Europa (Hauschildt, Vogtle e Gwosć, 2018), o certo é que se vinha a verificar um movimento de abertura aos estudantes mais velhos que, em processos de desenvolvimento qualificacional ou atualização de competências, vinham a ganhar presença relativa nas formações do ensino superior.

No ano letivo de 2020/21 (novembro-dezembro de 2020), ano de grande excecionalidade no ensino superior e na vida social do país, parece ter-se inflitado ligeiramente essa tendência. Verificou-se um relativo rejuvenescimento da população. Apesar de estas tendências serem verificadas a partir de informação amostral,⁴ portanto a requerem alguma cautela analítica, elas vêm na sequência de mudanças no modo de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior, precisamente para este ano letivo.

Quadro 1.1 Idade dos estudantes à entrada do ensino superior, 2016/2017 (2.º semestre) e 2020/21 (1.º semestre) (%)

Escalões etários	2016/2017 (2.º sem)		2020/21 (1.º sem)	
	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>
Até 21 anos	86,3	4267	90,4	5255
22 - 25 anos	6,3	311	4,6	266
26 - 29 anos	1,9	96	1,7	98
30 anos ou mais	5,4	268	3,3	190

⁴ E corrigidas pelo ponderador a partir dos dados do ano anterior (2019/20).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 1.2– Idade dos estudantes à entrada do ensino superior, 2016/2017 (2.º semestre) e 2020/21 (1.º semestre) (em anos de idade)

Idade	2016/2017 (2.º sem)	2020/21 (1.º sem)
Média	20,4	19,8
Mediana	18,6	18,5
Desvio-padrão	5,4	4,4

Na última edição, os estudantes tinham, em média menos de 20 anos quando entraram pela primeira vez no ensino superior (quadro 1.2). Este perfil também expressa, de forma predominante, os percursos de entrada no ensino superior imediatamente após a conclusão do ensino secundário. Talvez a pandemia tenha levado mais jovens, com menos oportunidades de emprego, a equacionarem o desenvolvimento de uma formação no ensino superior, imediatamente após a conclusão do ensino secundário.

Como se informa no Despacho n.º 8501-A/2020: no ingresso no ensino superior em 2020-2021 verificou-se um aumento excecional de candidatos face aos últimos anos, o que representa um reconhecimento das vantagens decorrentes da qualificação superior, especialmente no contexto da crise internacional emergente associada à situação pandémica provocada pelo novo coronavírus SARS -CoV -2 e pela doença COVID -19.

O mesmo Despacho dá conta ainda do seguinte:

Considerando apenas a 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso (CNA) ao ensino superior público no ano letivo de 2020-2021, verificou -se um aumento de 22% no número de candidatos face ao ano anterior, sendo este o segundo crescimento mais elevado nas últimas três décadas. O número de candidatos ao presente concurso é também o mais elevado desde 1996.⁵

⁵ Em relação às vagas para dar reposta ao aumento de candidatos pelo regime geral, o mesmo despacho Despacho n.º 8501-A/2020 dá conta do seguinte: "Face aos objetivos de qualificação que devem ser atingidos, e atendendo ao elevado número de candidatos com condições de aceder ao ensino superior, impõe-se (...) o reforço das vagas fixadas para ingresso pelo regime geral de acesso (...) o Despacho n.º 6343 -C/2020, de 15 de junho, estabeleceu as orientações para a fixação de vagas para o concurso nacional de acesso e concursos especiais de acesso no ano letivo de 2020 -2021, reforçando as condições de acesso. Neste contexto, o Decreto -Lei n.º 62-A/2020, de 3 de setembro, determinou a possibilidade do reforço do número de vagas do regime geral de acesso ao ensino superior, através da transferência das vagas fixadas e não ocupadas nos concursos especiais de acesso e ingresso no ensino superior no ano letivo de 2020-2021 para o regime geral de acesso, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente de cada instituição de ensino superior, de acordo com os limites a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da ciência, tecnologia e ensino superior, ouvida a Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, CNAES. Assim, nos termos do disposto no artigo 6.º -C do Decreto -Lei n.º 20 -H/2020, de 14 de maio".

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Provavelmente, numa dinâmica relevante de aumento de estudantes, os mais velhos não estão, em termos absolutos, menos presentes no ensino superior, mas o seu peso relativo é que pode ter diminuído.

Embora a estrutura etária seja eventualmente muito semelhante à da última ronda de EUROSTUDENT (para Portugal), tal não pode ser enunciado sem considerar, no uso do indicador da idade dos inscritos no Ensino superior, a integração deste como elemento do ponderador, tomando por referência o ano letivo anterior à implementação do inquérito.

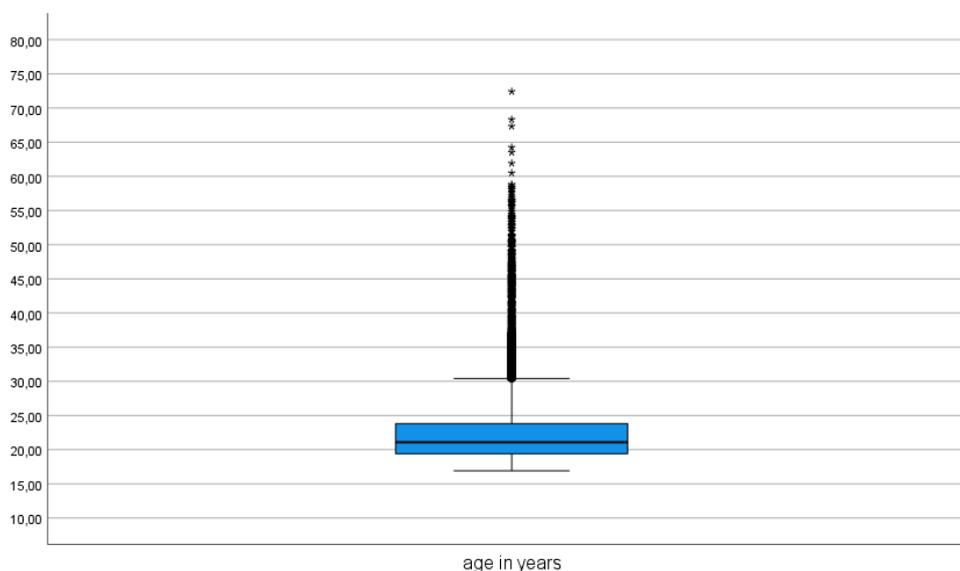


Figura 1.1 Distribuição das idades dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre)

Fonte: Indicador da idade é ponderada com os dados de 2019/20 da DGEEC.

A figura 1 confirma uma distribuição concentrada em idades muito jovens (entre os 18 e os 24 anos), embora se verifique a frequência de casos, e de forma mais estendida e até excecional, de estudantes mais velhos.

Quadro 1.3 – Estudantes do ensino superior segundo o sexo e escalões etários, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Até 21 anos	22 - 25 anos	26 - 29 anos	30 anos ou mais
<i>n não ponderados</i>	3717	1192	521	750
<i>n ponderados</i>	3210	1287	623	798
Sexo	%	%	%	%
Feminino	58,2	55,7	51,0	53,3
Masculino	41,8	44,3	49,0	46,7

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



A presença das mulheres no ensino superior tem sido maioritária – em 2020/21 (1.º semestre), 54% mulheres face a 46% de homens (DGEEC, 2021). Estando estas em minoria até aos anos de 1980, nas últimas décadas estas prevalecem entre os inscritos do ensino superior (Martins, 2015). Esta entrada nos sistemas de ensino superior, por parte das mulheres, tem muitos equivalentes noutros países europeus (Martins, 2012). Tais transformações têm sido enquadradas por outro tipo de transformações sociais que se têm constituído em maiores possibilidades de igualdade de género face a oportunidades, não só educativas, mas também, no mercado de trabalho e na família (Martins e outros, 2018). O peso da presença das mulheres nos escalões etários mais jovens permite evidenciar que estas têm, com mais frequência, percursos diretos na transição do ensino secundário para o ensino superior e que quanto mais velhas, embora maioritárias, tendem a estar menos presentes (quadro 1.3).

Apenas 7% dos estudantes inquiridos deram conta de já terem filhos. Uma percentagem ligeiramente inferior ao último inquérito (Martins e outros, 2018) (quadro 1.4). Tal parece consistente com a verificação de estudantes mais jovens em Portugal, com percursos escolares e académicos sem grandes interrupções, pelo menos nas transições para o ensino superior, em que só excecionalmente são atravessados por responsabilidades parentais.

Quadro 1.4 – Estudantes do ensino superior com filhos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

Ter filhos	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	6063
<i>n ponderados</i>	–	5812
Não	93,0	5406
Sim	7,0	406

Os filhos dos estudantes são claramente menores, com uma média de cerca de 10 a 11 anos. Tais circunstâncias podem colocar algumas dificuldades em conciliar a parentalidade com a conclusão do seu programa de estudos.

Estes estudantes ou têm filhos com mais de 15 anos, o que nesta idade permite uma melhor conciliação com os seus estudos, ou têm filhos com menos de 3 anos.

Alguns estudos apontam como dificuldades a esta conciliação a coordenação dos tempos, a exiguidade das estruturas ou equipamentos locais para a educação de infância e uma conceção de *campus* de ensino superior como espaços “libertos” de crianças (Brooks, 2012). Tais conceções parecem ter potencial explicativo também em Portugal, tornando muitas vezes esta eventual componente do ciclo de vida dos estudantes, mais uma projeção para o futuro do que uma experiência simultânea à condição de estudante, (Martins e Mauritti, 2011).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 1.5 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por idade do filho mais novo, 2020/21 (1.º semestre) (% e anos)

Escalões etários dos filhos dos estudantes	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	377
<i>n ponderados</i>	–	403
0-3 anos	21,1	85
4-6 anos	17,1	69
7-9 anos	13,5	54
10-15 anos	21,4	86
Mais de 15 anos	26,9	108
	Idade	unidade
Média	10,5	Anos
Mediana	9,0	Anos
Desvio-padrão	7,8	Anos

Estudar no ensino superior e a experiência de imigração

Uma outra dimensão de diversificação dos públicos no sistema de ensino superior, no sentido daquilo que Hauschildt et al (2015) apelidaram de declínio do 'estudante normal', prende-se com a presença cada vez mais evidente de estudantes internacionais ou com experiência migratória, num espaço institucional mais internacionalizado e onde estudantes estrangeiros e imigrantes são hoje um segmento reconhecível (Martins e outros, 2018, Martins, 2015).

A experiência migratória (1ª e 2ª gerações) e os estudantes internacionais⁶ estão, em termos gerais, mais presentes no ensino superior português do que no anterior inquérito do EUROSTUDENT. Alguns autores dão conta da importância das vias acesso ao ensino superior nas oportunidades de entrada destes estudantes no ensino superior. Murdoch e outros (2016) sublinham a importância das vias profissionais para esse alargamento em alguns países europeus, desde que o modelo do sistema educativo não seja muito hierarquizado.

Considerando os quadros 1.6 e 1.7, cerca de 25% dos estudantes teve ou tem uma experiência de imigração, quer diretamente (3,5% de 1ª geração e, se incluirmos os estudantes internacionais, chegamos aos 10%), quer por via das suas origens (a rondar os 15% os estudantes que têm origens parentais imigrantes). Tais dados são muito relevantes para desocultar a caracterização deste tipo de públicos e sobre o qual se desconheciam os padrões e características de frequência no sistema de ensino superior, verificando-se que existem sinais de que estes estudantes têm vindo, ainda

⁶ Em Portugal os estudantes provenientes de países africanos de expressão portuguesa e Brasil representam a maior fatia destes estudantes. Muitos ingressam nas Instituições de ensino superior em Portugal ao abrigo de um concurso especial promovido nos diversos países africanos no âmbito de convénios celebrados com o Estado português – que reserva uma cota de até 10% a mais ao CNA para este contingente. (Cf. Decreto-Lei n.º 393-A, de 2 de outubro de 1999 e Portaria n.º 854-B de 4 de outubro de 1999).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



que paulatinamente, a aumentar (Martins e outros, 2018). Interessante ainda verificar que também os estudantes internacionais se têm reforçado entre os inscritos no ensino superior (representando já 8% dos estudantes do ensino superior) (quadro 1.6).

Quadro 1.6 – Experiências e origens migratórias dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

Experiência ou origem migratórias	%	N
<i>n não ponderados</i>	–	5971
<i>n ponderados</i>	–	5719
2ª geração, origem migratória mista (mãe ou pai nascidos no estrangeiro)	12,6	722
2ª geração, origem migratória estrangeira (ambos os pais nascidos no estrangeiro)	2,2	127
1ª geração	3,5	200
Nativos (Estudantes sem origem migrante e com percursos prévios de escolaridade em Portugal)	72,3	4135
Estudantes internacionais (qualificações obtidas em Instituições de Ensino estrangeiras)	7,6	434
Outros	1,8	102

NOTA 1: O indicador de origem migratória (*Migration background*) refere-se aqui à situação de migração (país de nascimento dos pais e inquirido), bem como ao país onde o estudante esteve previamente a estudar (país de educação prévia), enquanto o indicador "origem ou experiência migratória (independentemente do país onde o estudante estudou previamente)" apenas se centra no país de nascimento do estudante.

Nota 2: Alguns dos pais nascidos nas ex-colónias portuguesas (como Angola e Moçambique), podem não ser de origem imigrante, mas sim ter origens em famílias que integraram o processo de descolonização. Esses casos têm um peso relativamente marginal neste segmento, aqui considerados como imigrantes de 2ª geração.

Quadro 1.7 – Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente) dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente)	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	5971
<i>n ponderados</i>	–	5719
2ª geração, origem mista	12,8	731
2ª geração, origem imigrante	2,3	133
1ª geração de imigração	10,3	591
Nativo	72,6	4152
Outros	1,9	111

Nota: Ver notas do quadro 1.6.

Estudar no ensino superior com uma necessidade educativa especial

A partir das declarações dos estudantes, foi possível aferir qual a incapacidade, limitação ou problema funcional que os afeta, bem como a incidência com que as mesmas são identificadas pelos próprios. Em Portugal, o acesso e ingresso no ensino superior público por cidadãos portadores de incapacidade formalmente reconhecida, integra um dos segmentos cobertos por estas situações e foi alvo de regulamentação através da Portaria n.º 199-B/2016, de 20 de julho, que especifica os procedimentos para aplicação do Art.º 28 do DL 296-A/98, de 25 de setembro, que aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público. A referida portaria prevê na alínea e) do n.º 2 do artigo 10.º que na 1.ª fase do concurso 2% do total de vagas fixadas para cada par instituição/curso são dirigidas a candidatos com deficiência física ou sensorial.

Os desafios neste campo são ainda vastos e têm tido o acompanhamento de um grupo especialmente constituído para o efeito – o GTAEDES.⁷ Também os Balcões IncluIES, uma medida política dirigida a este segmento do ensino superior, têm serviços de informação e apoio aos candidatos e estudantes com deficiência.

Não existindo ainda regulamentação específica para o acolhimento deste segmento, apenas 55% das Instituições de Ensino Superior têm previstas medidas dirigidas à promoção da integração e sucesso escolar destes estudantes. Por exemplo, através de adaptações curriculares, sobretudo, ao nível dos prazos e de alternativas aos instrumentos de avaliação (Homem e outros, 2017).

Considerando o quadro 1.8, a incapacidade sensorial (como a visão e a audição) é aquela que atinge com maior frequência os estudantes do ensino superior. A distribuição por tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional é muito semelhante à verificada nos dados portugueses do EUROSTUDENT VI (Martins e outros, 2018), embora tenha diminuído a referência a doenças físicas crónicas e tenham aumentado os problemas de saúde mental (que atingem, segundo o reportado, 4,4% dos estudantes) (ver quadro 1.8). Havendo hoje preocupações com o eventual aumento dos problemas de saúde mental e, provavelmente, algumas decorrentes da situação pandémica.

⁷ Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (<http://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Quadro 1.8 – Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	6041
<i>n ponderados</i>	–	5790
Doença física crónica	4,7	271
Problema de saúde mental	4,4	255
Incapacidade de mobilidade	0,4	23
Incapacidade sensorial (visão, audição)	8,5	491
Incapacidade de aprendizagem (PHDA, dislexia)	2,0	115
Outro problema de saúde/limitação funcional/incapacidade permanentes	3,8	222
Semi-total	23,8	1377
Sem incapacidade	76,2	4413

No conjunto dos estudantes na amostra, 76% declararam não ter qualquer incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional (quadro 1.8). Dos que assumiram ter uma incapacidade/problema/limitação, quase 60% assinala que a sua incapacidade ou limitação não é notada pelos outros e, portanto, pode ser remetida para uma espécie de invisibilidade social e relacional do problema (quadro 1.9).

Quadro 1.9 – Perceções manifestadas pelos estudantes do ensino superior acerca da “visibilidade” da sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	1481
<i>n ponderados</i>	–	1373
Sim, as outras pessoas notam logo	20,9	287
Sim, as outras pessoas provavelmente vão notar, mas passado algum tempo	20,3	279
Não, não é visível para os outros	58,8	808

A maioria dos estudantes dá conta que a sua incapacidade ou problema de saúde não afeta nem as suas atividades do dia-a-dia, nem as de estudo (ver quadro 1.10).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 1.10 – Estudantes do ensino superior segundo o impacto que a sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional manifestam nas tarefas do dia-a-dia e de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (%)

Impactos	Impacto da incapacidade nas tarefas correntes do dia-a-dia	Impacto da incapacidade nas atividades de estudo
<i>n não ponderados</i>	1481	1481
<i>n ponderados</i>	1373	1373
	%	%
Limitação severa	3,1	5,2
Limitação, mas não severa	41,5	34,5
Sem limitação	55,4	60,3

Quadro 1.11 – Estudantes do ensino superior segundo a classificação que atribuem aos apoios que recebem para fazer face às suas incapacidades, problemas de saúde ou limitações funcionais nos estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>		559
<i>n ponderados</i>		497
Totalmente suficiente	10,4	52
Parcialmente suficiente	9,2	46
Totalmente insuficiente	45,7	227
Não pretende/Não precisa de apoio	34,6	172

Quase metade dos estudantes considera que não tem apoios suficientes (46%) e quase 20% declara que é inteira ou parcialmente suficiente.

Alguns autores (Borges et al, 2017:22-23) sublinham a necessidade de atuar também em três eixos desta problemática: 1) nas modalidades de sensibilização, informação e formação dirigida aos vários interlocutores da comunidade académica; 2) no fornecimento de serviços e de recursos institucionais; e 3) no acesso à informação e ao apoio dos estudantes com NEE.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

CAPÍTULO 2 Percursos escolares em pandemia: Transição e acesso ao ensino superior e modalidades de estudo

Podemos dar conta, já com alguma confiança, que nos últimos 20 anos, a diversidade de percursos se intensificou, ainda que paulatinamente, tendo em conta não só as características sociais e demográficas dos estudantes (como vimos anteriormente), mas também em relação aos trajetos tornados possíveis no ensino superior.

Existem vários ângulos de observação desta diversidade: os trajetos anteriores e as vias de acesso ao ensino superior; os tempos dessa transição e que significados pontuaram algumas dessas diferenças; a presença de percursos internacionais de qualificação prévia ao acesso; e o reconhecimento e as experiências de trabalho, com traduções diferenciadas, tanto no acesso como no desenvolvimento de uma formação no ensino superior.

À entrada do ensino superior

Uma primeira perspetiva prende-se com o momento da decisão de prossecução de estudos no ensino superior (quadro 2.1). A distribuição das respostas não se alterou muito de 2017 a 2020 e algumas dessas variações só parcialmente podem ser explicadas por via da pandemia, pois estão na amostra estudantes que ingressaram noutros anos letivos e não apenas aqueles que ingressaram no 1.º ano e no ano letivo de 2020/21. Contudo, existe um reforço daqueles que consideram que desde sempre equacionaram ir fazer uma formação no ensino superior. Sendo um bom indício de que tal expectativa se traduz também num maior prolongamento dos trajetos escolares e das qualificações. Diminuíram aqueles que mais tardiamente formularam essa decisão, mesmo que ligeiramente, ou seja, algum tempo depois de terminar o ensino secundário (6,4%).

Quadro 2.1 - Momento de decisão de prossecução dos estudos no ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	2016/2017 (2.º sem)	2020/21 (1.º sem)
<i>n ponderados</i>	5056	5918
<i>n não ponderados</i>	4894	6394
	%	%
Sempre pensou ingressar no ensino superior	69,1	74,9
Durante o 3º ciclo do ensino básico	3,2	3,2
Durante o secundário	11,3	9,1
No fim do 12.º ano	7,6	5,7
Após algum tempo de ter completado o ensino secundário	8,8	6,4

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Apesar de se referirem a universos diferentes, os dados do Observatório dos Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES) sobre as expectativas de prossecução de estudos têm a este respeito uma correspondência muito próxima (DGEEC, 2018/19).

Quadro 2.2 – Tempo de transição do ensino secundário para ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	6157
<i>n ponderados</i>	–	5899
Menos de um ano	78,9	4655
Entre um e dois anos	11,2	662
mais de dois anos	9,9	581

O quadro 2.2 é muito consentâneo com o anterior – quase 80% dos estudantes da amostra demoraram menos de um ano na transição para o ensino superior e se se considerar um período ainda relativamente curto (menos de 2 anos) o valor ultrapassa os 90% – significando que na sua grande maioria os estudantes fazem percursos de qualificação diretos e sem interrupções.

Quadro 2.3 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de vias de acesso ao ensino superior utilizadas (vias tradicionais ou vias não tradicionais ⁽¹⁾), 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	5749
<i>n ponderados</i>	–	5492
Vias não tradicionais	7,8	428
Vias tradicionais	92,2	5064

⁽¹⁾ Este indicador baseia-se no conceito do Projeto EUROSTUDENT que define os estudantes que obtiveram certificado comum exigido pelos sistemas nacionais de ensino secundário para a conclusão do ensino secundário (incluindo a educação profissional), nacional ou equivalente estrangeiro, e também quando o acesso vem na sequência da conclusão do ensino secundário como **acesso tradicional**. Aqueles que não entraram no ensino superior com um certificado de conclusão de ensino secundário regular (ou equivalente legal) ou o obtiveram mais tarde no seu percurso consideram-se como tendo acedido por **vias como não tradicionais**.

Atualmente, os estudantes portugueses (na amostra) com um acesso não-tradicional ou que acederam ao ensino superior por vias alternativas representam 7,8%. Pode haver explicações adicionais para a diminuição deste valor em comparação com o último inquérito do EUROSTUDENT (que o situava à volta dos 20% em 2017). As

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



regras de acesso ao ensino superior mudaram no ano letivo transato (2020/2021) como resposta política à pandemia. Os exames de conclusão do ensino secundário foram eliminados e apenas se mantiveram os exames de acesso ao ensino superior. Tal permitiu que mais estudantes pudessem concluir o ensino secundário e estarem habilitados a acederem ao ensino superior. O aumento da taxa de conclusão do ensino secundário e a diminuição de oportunidades de emprego dirigidas a este segmento podem ter promovido este acesso direto ao ensino superior. Tal dinâmica pode explicar a diminuição relativa dos caminhos não-tradicionais, mesmo que, em termos absolutos, o número de estudantes que ingressou por essas vias possa não ter diminuído.⁸ Mesmo considerando esta informação contextual, e de certa forma corroborada pelos indicadores analisados anteriormente, não excluimos a possibilidade de se somar a este efeito algum enviesamento amostral.

Quadro 2.4 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por tipo de vias de acesso ao ensino superior segundo a idade, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)

Indicadores demográficos e institucional		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Vias não tradicionais (%)	Vias tradicionais (%)
Idade	até 21 anos	3584	3094	2,9	97,1
	22 -24 anos	1115	1198	8,5	91,5
	25 -29 anos	424	513	13,0	87,0
	30 anos ou mais	626	688	24,6	75,4
Sexo	Feminino	4192	3093	6,3	93,7
	Masculino	1557	2400	9,8	90,2
Tipo de instituição de ensino superior	Universitário	4153	3507	6,1	93,9
	Politécnico	1596	1985	10,9	89,1

Se é certo que a presença de estudantes que acedem ao ensino superior através de percursos não-tradicionais é relativamente reduzida na presente amostra, a

⁸ Em 2020 houve uma alteração que procura promover o aumento do ingresso dos estudantes provenientes de cursos de dupla certificação, materializado na criação de um novo contingente especial que mediante adesão das Instituições de Ensino Superior, pode preencher até 15% de vagas correspondentes aos ingressos via Concurso Nacional de Acesso, embora nem todos os candidatos de dupla certificação sejam enquadráveis nas vias não tradicionais, como é o caso dos estudantes do ensino profissional. Cf. Decreto-Lei n.º 11/2020 de 2 de abril, que altera e republica o Decreto-Lei 113/2014, de 16 de julho, e cria os concursos especiais de ingresso no ensino superior para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados, consagrando que os candidatos destas duas vias realizam provas nas instituições de ensino superior às quais se candidatam, tendo em vista avaliar os conhecimentos e competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no ciclo de estudos aos quais apresentem candidatura. A regulamentação desta lei através da portaria 150/2020 de 22 de junho, potencia também o alargamento da base de recrutamento dos “Maiores de 23 anos”, ao permitir que este contingente dos adultos possa ocupar entre 5% a 20% de vagas acima das definidas para o CNA; alocando outros 20% para os restantes contingentes especiais que até então ingressavam pela mesma cota dos M23.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



frequência destes alunos deve-se a formas de qualificação e de acesso à educação terciária que se diversificaram nos últimos 10 anos. Os impactos destes processos têm sido progressivos, mas notados (Silva e Serrano, 2015). O acesso por vias não-tradicionais configura um padrão mais incidente nos maiores de 30 anos de idade (um quarto desses estudantes) e também mais observados no ensino politécnico e entre o segmento masculino.

Percurso no ensino superior

Já no ensino superior, os percursos podem ser pautados por diferentes tempos e ritmos de realização.

Quadro 2.5 – Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início de um programa de estudos de mestrado segundo o tipo de instituição (%)

	Ensino universitário		Ensino politécnico		Total	
	%	n	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	1073	–	189	–	1262
<i>n ponderados</i>	–	859	–	270	–	1129
Menos de um ano após conclusão do programa de estudos anterior	55,3	475	45,7	123	53,0	599
Entre um ano e dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	16,1	138	15,6	42	16,0	180
Mais de dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	28,6	246	38,7	104	31,0	350

Quadro 2.6 – Estudantes do ensino superior por ano de estudo no atual programa de estudos, segundo o ciclo de estudos (%)

	Curso Técnico Superior Profissional	Licenciatura (1.º ciclo)	Mestrado (2.º ciclo)	Mestrado integrado	Pós-graduação	Total
<i>n não ponderados</i>	155	3527	1263	1110	48	6103
<i>n ponderados</i>	258	3493	1126	911	49	5837
Ano de escolaridade	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Ano 1	61,8	40,2	61,9	29,1	79,3	43,9
Ano 2	33,6	22,5	27,4	16,6	18,9	23,0
Ano 3	3,7	21,5	6,5	13,7	0,0	16,4
Ano 4	0,0	9,6	1,1	15,6	0,0	8,4
Ano 5	0,0	3,0	1,6	12,3	0,0	4,0
Ano 6	0,0	0,9	0,9	8,1	0,0	2,0
Ano 7	0,8	0,7	0,0	1,8	1,8	0,8
Ano 8	0,0	0,4	0,0	1,1	0,0	0,4
Ano 9	0,0	0,2	0,1	0,6	0,0	0,3
Ano 10	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



> Ano 10	0,0	0,8	0,5	1,1	0,0	0,7
----------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

A maioria dos estudantes transita do programa de estudos anterior para o mestrado de forma direta (em menos de um ano). Isto é mais evidente no ensino universitário. Tal sequência imediata pode dever-se ao alargamento deste nível de ensino (mestrados), como uma etapa de progressão quase “natural” nos percursos dos estudantes do ensino superior. A implementação do processo de Bolonha em Portugal, com um desenho institucional definido sobretudo na segunda metade da década de 2000, facilitou uma maior inscrição e graduação ao nível de uma formação de 2.º ciclo, particularmente nestes cursos de mestrado.

Entre os estudantes da amostra existe uma enorme concentração de inscritos no 1.º ano (46,4%) do programa de estudos frequentado. Este é o ano crítico de frequência no ensino superior, representa para estes alunos um momento de transição complexa. Alguns dados (RAIDES, DGEEC, 2012) dão conta que a taxa de abandono tem uma maior incidência, precisamente, no 1.º ano. Em termos institucionais também é comum esta verificação (Gil e outros, 2021). No quadro 2.6, o 2.º ano tem também um peso importante (22,3%), embora com uma grande distância do ano inicial. Tal tendência tem sido igualmente equacionada em termos europeus (CHEPS e NIFU, 2015). De notar que é no mestrado que se encontra esta maior concentração de inscritos no 1.º ano.

Experiência internacional na formação

Quando consideramos a presença de estudantes que têm experiências de escolarização e qualificação prévias à frequência no ensino superior português no estrangeiro, verificamos que o peso destes estudantes é muito mais relevante neste Inquérito (a rondar os 8%) do que no anterior (3%, no Inquérito aplicado no ano letivo 2016/2017, 1.º semestre). É sobretudo nos mestrados onde existe uma maior concentração destes estudantes, com um significado já expressivo (15,3%).

Quadro 2.7 - Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior português (local onde obtiveram certificação para aceder ao ensino superior) segundo o grau de qualificação, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Estudantes c/ qualificação prévia no estrangeiro (%)	Estudantes c/ qualificação prévia em Portugal (%)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Téc. Sup. Nacional	157	260	3,9	96,1
	Licenciatura (1.º ciclo do ens. sup.)	3576	3553	5,6	94,4
	Mestrado (2.º ciclo do ensino sup.)	1272	1133	15,3	84,7
	Mestrado integrado	1127	923	6,9	93,1
	Pós-graduação	48	49	1,6	98,4
Tipo de instituição	Ensino universitário	4512	3835	9,0	91,0
	Ensino politécnico	1668	2083	5,0	95,0
Sexo	Feminino	4486	3327	7,2	92,8
	Masculino	1694	2591	8,0	92,0
Total		4884	5056	7,6	92,4

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 2.8 – Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	1247
<i>n ponderados</i>	–	1111
No mesmo país	85,1	946
Dentro da EHEA	1,1	13
Fora da EHEA	13,8	154

Nota: EHEA - European Higher Education Area

Praticamente todos os estudantes nestas circunstâncias vêm de países que estão fora da Área Europeia do Ensino Superior (EHEA), nomeadamente dos países de língua oficial portuguesa (quadro 2.8).

Experiências de trabalho: impactos no acesso e no desenvolvimento da formação

Mais de 40% dos estudantes tiveram experiências de trabalho remunerado antes de ingressarem no ensino superior, envolvendo, sobretudo, trabalhos ocasionais de menos de um ano (20%) ou de grande envolvimento (18% com pelo menos 20 horas semanais por semana de atividade remunerada).

Quadro 2.9 – Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Trabalho contínuo durante, pelo menos, um ano sem interrupção e menos de 20 horas por semana	2,5	147
Trabalho contínuo durante, pelo menos, um ano sem interrupção e, pelo menos 20 horas por semana	18,4	1081
Sim, mas menos de um ano	19,5	1144
Não trabalhei antes de ingressar no ensino superior	59,6	3495

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 2.10 – Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior por parte dos estudantes do ensino superior segundo o nível de escolaridade dos pais, o tipo de entrada no ensino superior, e o grau de atividade laboral, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Trabalho contínuo durante pelo menos um ano sem interrupção e pelo menos 20 horas por semana (%)	Trabalho contínuo durante pelo menos um ano sem interrupção e, menos de 20 horas por semana (%)	Sim, mas menos de um ano (%)	Não trabalhou antes de ingressar no ensino superior (%)
Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	3375	3441	23,6	3,1	20,4	52,9
	Com ensino superior	2667	2345	10,2	1,6	18,5	69,7
	Não sabe	32	30	21,4	1,9	23,9	52,8
Tipo de entrada no ensino superior	Entrada direta	5636	5274	11,9	2,3	20,7	65,2
	Entrada não direta	475	580	77,2	4,9	8,9	9,0
Grau de atividade laboral	0h/semana	4476	4087	7,6	1,3	19,2	71,8
	1-20 h/semana	678	696	25,6	6,5	29,9	38,0
	>20h/semana	945	1062	55,1	4,4	13,3	27,1

O valor daqueles que dão conta que não tiveram atividade remunerada é mais elevado para os estudantes com pais com o ensino superior (70%). A experiência de trabalho anterior não está tão presente para quem entrou diretamente no ensino superior após ter acabado o ensino secundário (65%). No entanto, para aqueles que adiaram a entrada, 77% declararam que já tiveram uma atividade remunerada de pelo menos um ano e com um envolvimento relevante nesse contexto (com pelo menos 20 horas por semana). A estes podemos somar mais 4,9% que trabalharam pelo menos um ano seguido, mas num regime de tempo parcial ou equivalente e 8,9% que trabalharam menos de um ano – o que perfaz mais de 90% os que trabalharam previamente à entrada e atrasaram o acesso ao ensino superior. Também os estudantes que afirmaram que atualmente têm atividade laboral assinalam, de forma mais frequente, experiências anteriores de trabalho, sobretudo os estudantes que tinham mais de 20h de atividade remunerada por semana.

Para a maioria dos estudantes que tiveram atividade remunerada, as experiências/competências obtidas fora do sistema de educação formal parecem não ter tido um impacto direto na sua admissão ao ensino superior (65,0%), quase um quarto dá conta que tais experiências foram importantes e reconhecidas na primeira admissão (24%). Tal reconhecimento parece ser mais relevante para os alunos da área da educação e para os que acedem por vias não tradicionais (incluindo-se nos quadros 2.12 e 2.13 os que não tiveram atividade laboral antes do ingresso).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 2.11 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal para estudantes que trabalham, 2020/21 (1.º semestre) (% em linha)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	883
<i>n ponderados</i>	–	1014
Experiência profissional não teve relevância na admissão inicial ao ensino superior	64,6	655
Experiência profissional substituiu o certificado de conclusão de ensino secundário	2,4	24
Experiência profissional teve relevância na admissão inicial ao ensino superior	23,5	239
Entrada inicial no ensino superior ocorreu no estrangeiro	6,2	62

Quadro 2.12 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a via de acesso ao ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Acesso por vias não tradicionais		Acesso pela via tradicional	
	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	346	–	5351
<i>n ponderados</i>	–	424	–	5025
Sem experiência anterior	20,9	89	64,9	3261
Experiência profissional não teve relevância na admissão inicial ao ensino superior	55,9	237	29,7	1491
Experiência profissional substituiu o certificado de conclusão de ensino secundário	5,8	25	0,2	8
Experiência profissional teve relevância na admissão inicial ao ensino superior	16,6	70	5,2	260
Entrada inicial no ensino superior ocorreu no estrangeiro	2,5	11	0,2	10

O incremento relativo de segmentos que assinalaram percursos de conciliação entre atividades de estudo e trabalho remunerado pode ser efeito de políticas dirigidas a este setor que tiveram objetivos de promoção do acesso a públicos com percursos alternativos e pontuados por experiências escolares interrompidas ou não lineares e de articulação com inserções na atividade laboral, havendo já institucionalizados processos de reconhecimento e validação de competências que favorecem tais ingressos.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 2.13 - Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a área de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (%)

Áreas de estudo (CITE 2013)	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Sem experiência anterior (%)	Experiência profissional não teve relevância na admissão inicial ao ensino superior (%)	Experiência profissional substituiu o certificado de conclusão de ensino secundário (%)	Experiência profissional teve relevância na admissão inicial ao ensino superior (%)	Entrada inicial no ensino superior ocorreu no estrangeiro (%)
Educação	207	178	41,2	48,4	0,0	7,7	5,3
Artes e Humanidades	836	634	54,6	37,0	0,1	5,7	3,2
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	1008	676	58,8	33,3	0,7	5,1	3,0
Gestão, Administração e Direito	1170	1433	55,6	34,7	1,1	7,5	1,8
Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	480	344	67,5	26,3	0,0	4,2	2,9
Tecnologias de Informação e Comunicação	135	175	54,7	35,3	0,9	9,0	0,6
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	916	1309	62,8	29,9	0,5	5,0	2,9
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	101	125	68,2	26,4	0,5	4,9	0,0
Saúde e Bem-Estar	1177	828	66,6	26,3	0,6	5,5	1,5
Serviços	94	165	57,5	24,9	0,0	15,3	2,4

Quadro 2.14– Estudantes do ensino superior a tempo parcial, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	<i>n</i>
<i>n não ponderados</i>	–	6180
<i>n ponderados</i>	–	5918
Estudante a tempo inteiro	85,5	5057
Estudante a tempo parcial	14,5	861

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Tornado possível a partir de 2006, com o Decreto-Lei n.º 74/2006, 15% dos estudantes portugueses está em regime parcial. Apesar de se notar um decréscimo do peso dos estudantes na amostra do ano em referência face ao último inquérito (Martins e outros, 2018), a importância do peso destes estudantes era inicialmente muito residual e, gradualmente, tem vindo a aumentar e parece ter estabilizado nos últimos anos. No entanto, a sua presença permite considerar trajetórias com melhores possibilidades de conciliar o estudo com outras esferas da vida, nomeadamente o trabalho. Este indicador fica altamente reforçado se levarmos em consideração o segmento dos estudantes que trabalham – sobe para 21 pontos percentuais os estudantes a tempo parcial quando têm uma atividade laboral entre 1 e 20 horas semanais e para 53,6% quando trabalham mais do que 20 horas semanais, em média.

Quadro 2.15– Estudantes a tempo parcial segundo horas semanais de trabalho remunerado, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	0h/semana	1-20h/semana	>20h/semana
<i>n não ponderados</i>	4523	682	948
<i>n ponderados</i>	4127	704	1064
	%	%	%
Estudante a tempo inteiro	96,7	78,9	46,4
Estudante a tempo parcial	3,3	21,1	53,6

CAPÍTULO 3 Avaliações da qualidade do ensino superior e percepções dos estudantes sobre o desempenho académico

As preocupações com a qualidade das formações e serviços prestados no ensino superior jogam-se a partir da própria competitividade e autonomia das instituições do ensino superior (Pruvot e Estermann, 2017). A estas questões não são alheias a forma como os estudantes percebem e avaliam as instituições, as condições destas para o ensino e a qualidade dos programas e formações e os seus próprios percursos e desempenhos.

A forma como os estudantes equacionam um percurso qualificacional no ensino superior prende-se com expectativas e decisões que se vão construindo ao longo do seu percurso escolar e académico. O quadro 3.1 dá-nos alguma informação relevante sobre alguns dos seus elementos. Para a grande maioria dos estudantes sempre foi claro vir para o ensino superior (80% dos estudantes da amostra). Numa posição oposta, quase 20% sente não pertencer ao ensino superior. Tais indicadores, cujas distribuições das respostas são muito consistentes entre si, evidenciam, mais uma vez, uma conceção, quase naturalizada, de percursos escolares que se completam no ensino superior. Embora um quinto destes estudantes exprimam processos de integração frágil neste patamar educativo.

Quadro 3.1 – Avaliação sobre o percurso no curso/programa de estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Tenho muitas vezes a sensação de que não pertença ao ensino superior	Sempre foi claro para mim vir estudar um dia para o ensino superior	Estou a pensar seriamente em abandonar os meus estudos no ensino superior
<i>n não ponderados</i>	6077	6082	6081
<i>n ponderados</i>	5814	5818	5817
	%	%	%
Concordo totalmente	19,5	80,2	3,8
Concordo parcialmente	16,2	10,0	6,2
Discordo totalmente	64,3	9,8	90,0

Refira-se ainda que no indicador que exprime o sentimento de pertença dos estudantes ao ensino superior, aqueles que concordam, parcial ou totalmente, com este enunciado são 36%. Quase mais 10 pontos percentuais relativamente ao último Inquérito (EVI). Tal subida pode-se dever aos efeitos da pandemia, com dificuldades acrescidas nos processos de integração dos estudantes nas respetivas instituições educativas. Dar conta ainda que 10% pondera abandonar o ensino superior.

A forma como os estudantes avaliam os serviços educativos das suas instituições também é muito relevante para aferir que qualidade atribuem ao serviço educativo

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



que recebem e que condições dispõem para conciliar as atividades de estudo com outras esferas da sua vida pessoal (quadro 3.2).

Quadro 3.2 – Grau de satisfação com o apoio fornecido pelas instituições de ensino superior ou entidades parceiras (por exemplo, associações de estudantes), 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Serviços de apoio ao estudo (por ex. aulas organizadas, cursos de escrita académica, orientação)	Estruturas/serviços de apoio ao estudo (por ex. bibliotecas, computadores, edifícios, salas de aula)	Apoio à conciliação entre trabalho e estudos	Apoio à conciliação entre família e estudos	Apoio na preparação para a vida profissional
	n	n	n	n	n
<i>n não ponderados</i>	6055	6056	6017	6037	6055
<i>n ponderados</i>	5791	5799	5763	5773	5799
	%	%	%	%	%
Totalmente suficiente	28,9	55,5	19,4	18,0	39,4
Parcialmente suficiente	25,5	22,0	24,2	25,2	28,2
Não é suficiente (de todo)	30,7	18,6	33,8	36,6	27,8
Não preciso/não quero este apoio	14,9	3,9	22,6	20,1	4,6

A maioria dos estudantes (56%) está totalmente satisfeita com as estruturas e serviços de apoio ao estudo (onde se incluem bibliotecas, computadores, salas de aula, etc.). Tal valorização não deixa de ser curiosa, num ano letivo que funcionou em plena pandemia e de sujeição a todas as regras de restrição e confinamento. Saliente-se ainda que mais de um terço dos estudantes da amostra evidenciaram que os apoios para a conciliação com a vida familiar não foram suficientes e mais de um quarto indicaram que tais não foram de todo suficientes para a combinação das exigências de se ser estudante e, em simultâneo, trabalhador.

Quadro 3.3 – Avaliação do retorno dado pelos docentes relativamente ao progresso dos estudantes nos estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Professores dão retorno sobre como estou a ir nos estudos	Professores motivam-me a dar o meu melhor	Professores são muito bons a explicar as matérias que lecionam
<i>n não ponderados</i>	6104	6113	6120
<i>n ponderados</i>	5838	5852	5858
	%	%	%
Concordo totalmente	22,8	37,4	50,9
Concordo parcialmente	30,3	34,2	35,3
Discordo totalmente	46,8	28,4	13,9

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quanto à relação educativa estabelecida entre os estudantes e os seus professores, parece haver uma avaliação positiva na componente pedagógica (nomeadamente na forma como os professores ensinam as matérias que lecionam) e na motivação para a aprendizagem (cerca de um terço dos estudantes da amostra concordam totalmente que os seus professores os motivam para a aprendizagem e para a obtenção de bons resultados). Não obstante, existem menos estudantes a considerarem que os professores lhes dão retorno sobre as suas aprendizagens. Os comentários ao desempenho dos estudantes, como seria de esperar, foram afetados pelo aumento da distância social ou adesão a sistemas híbridos de ensino-aprendizagem, que articularam aulas presenciais com aulas à distância.

Quadro 3.4. – O relacionamento com docentes e colegas, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Relaciono-me bem com os docentes do meu curso	Docentes estão interessados no que tenho a dizer	Conheço muitos colegas com os quais posso discutir questões relacionadas com as matérias lecionadas	Tenho contacto com muitos colegas do meu curso
<i>n não ponderados</i>	6115	6109	6115	6115
<i>n ponderados</i>	5855	5847	5850	5853
	%	%	%	%
Concordo totalmente	63,5	55,8	56,3	47,3
Concordo parcialmente	28,1	29,8	21,6	23,3
Discordo totalmente	8,3	14,4	22,1	29,3

O ensino superior revela-se, pois, um espaço de relações relativamente intensas e positivas. Dois terços dos estudantes dão conta de que possuem um bom relacionamento com os docentes e 56% declara concordar totalmente que aqueles se interessam por aquilo que eles têm para dizer. Do ponto de vista do relacionamento dos estudantes com os seus colegas, mais de metade declarou que pode discutir com estes as matérias lecionadas (em concordância total com esse enunciado) e, não chegando aos 50%, aqueles que dão conta que têm muito contacto com os colegas (aspeto que pode ter sido afetado pelos períodos de confinamento que tiveram lugar no âmbito das medidas de restrição à covid-19).

Os estudantes confrontam-se com um conjunto de desafios na realização do seu programa de estudos. Quase metade declara dificuldades sobretudo com a carga de trabalho exigida no desenvolvimento da sua formação, somando-se a isto outros problemas relacionados com o programa de estudos (29%) ou a falta de alguma motivação pessoal (31%).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Algumas destas dificuldades prendem-se, ainda, com a conciliação entre o trabalho e os estudos (17% apontam dificuldades devido às exigências da sua atividade laboral), e também devido a problemas pessoais ou familiares (49%). Tal reforça, numa linha de continuidade analítica, os desafios de conciliação entre os estudos e outras esferas da vida pessoal e familiar, afetando os estudantes que transitaram já, nas suas várias dimensões, para a vida adulta (quadro 3.5). Em muitos casos (30%), são levantados também problemas de carácter organizacional, que podem estar implicados nessas conciliações complexas e exigentes, com que muitos se defrontam nos seus quotidianos.

Quadro 3.5 – Razões que explicam as dificuldades na realização do programa de estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	5874	5874
<i>n ponderados</i>	5632	5632
Devido a obrigações com cuidados com crianças ou gravidez	3,0	170
Devido a problemas de saúde, deficiências, lesões acidentais	4,7	266
Devido a problemas administrativos da instituição de ensino superior que frequento	13,0	731
Devido a obrigações relacionadas com o meu trabalho remunerado	17,2	970
Devido a dificuldades financeiras	22,4	1262
Devido a outras razões relacionadas com o estudo	23,4	1318
Devido a problemas organizacionais da instituição de ensino superior que frequento	29,0	1635
Devido à falta de motivação	30,9	1741
Devido ao tipo de trabalho exigido no meu programa de estudos	49,3	2775
Devido a outras razões pessoais (ex: assuntos familiares)	49,3	2775
Sem dificuldades	49,3	2775

Saliente-se, ainda, que em relação ao quadro 3.5, quase um quarto dos estudantes incluídos na amostra (22,4%) dá conta de dificuldades financeiras na realização da sua formação.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 3.6 – Autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>		6068
<i>n ponderados</i>		5811
Melhor	24,5	1422
Igual	56,9	3307
Pior	18,6	1083

Mais de 80% destes estudantes consideram que o seu desempenho não é inferior aos dos colegas. Tais perceções ficam ainda melhoradas nessa comparação no segmento de estudantes com pais com o ensino superior. Reforçar ainda o que já foi analisado no quadro 3.1: entre os estudantes na amostra, 10% revelam ainda intenção de abandonar completamente o ensino superior. Os estudantes que têm uma perceção do seu desempenho mais negativa apresentam maiores intenções de abandono precoce do ensino superior (sem acabar os seus estudos) (quadro 3.7).

Quadro 3.7 – Intenções de abandonar o estudo segundo a autoavaliação acerca do próprio desempenho académico em comparação com o dos colegas, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	O meu desempenho nos estudos é melhor do que o dos meus colegas		O meu desempenho nos estudos é tão bom como o dos meus colegas		O meu desempenho nos estudos é pior como o dos meus colegas	
	%	n	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	1441	–	3532	–	1077
<i>n ponderados</i>	–	1417	–	3293	–	1081
Concordo (completamente)	1,9	27	2,1	69	11,6	126
Parcialmente	2,9	42	5,2	170	13,3	144
Não concordo (de todo)	95,1	1348	92,7	3054	75,1	812

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

CAPÍTULO 4 Origens sociais e residência

Elementos de caracterização das origens sociais

Algumas das transformações do ensino superior evidenciam um sistema que, paulatinamente foi abrindo as suas portas, com uma composição social cada vez mais diversificada (cf. Balsa e outros, 2001; Almeida e outros, 2003; Costa et al, 2014; Martins et al, 2005 e 2008; Mauritti e Martins, 2007; Martins, 2015; Martins e outros, 2018; Martins, 2020;). No entanto, a sua frequência ainda tem marcas persistentes de desigualdade, padrões socialmente diferenciados na frequência de determinados graus, instituições ou formações.

A caracterização das origens sociais é, pois, um elemento central para o reconhecimento e identificação das diferenças nas condições de vida dos estudantes do ensino superior. Nesta medida, apresentam-se de seguida alguns indicadores sobre as origens socioeducacionais e socioprofissionais destes estudantes. Esta caracterização fará, na sua análise, remissões para as distribuições resultantes do Inquérito implementado em 2017 (Martins e outros, 2018.).

A este propósito é de assinalar uma das primeiras verificações extraídas da análise dos indicadores sobre os níveis de escolaridade (já identificada anteriormente): a maior escolaridade das mães destes estudantes, dado alinhado com o observado na população portuguesa feminina por relação aos homens. Os pais dos estudantes desta amostra (do Inquérito de 2020) têm como escolaridade máxima modal o ensino básico, representando mais 8 pontos percentuais que as mães neste nível de escolaridade. Deste ponto de vista, existe uma homologia (também já verificada em Martins e outros, 2018) face à estrutura socioeducacional de homens e mulheres em Portugal.

Quadro 4.1 – Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) e níveis de escolaridade da população nacional por sexo (45-64 anos) (2020) (%)

	Nível de escolaridade da mãe	Nível de escolaridade do pai	Nível de escolaridade da população nacional (45-64 anos) *		
			Mulheres	Homens	Total
	%	%	%	%	%
Ensino básico	30,9	39,3	55,6	60,3	57,8
Ens. secundário e pós-secundário	33,9	30,8	21,0	22,2	21,6
Ensino superior	34,5	27,1	23,4	17,4	20,6

* Eurostat, 2020 (recolhidos em julho de 2021).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Existem ainda dois aspetos a reter a partir do quadro 4.1. Um primeiro, é a verificação de uma persistente sobre-representação entre os inscritos do ensino superior de pais com o ensino superior, face ao verificado na população portuguesa. Um segundo aspeto, prende-se com o facto de, apesar deste primeiro apontamento, existir um alargamento do acesso em relação às origens educacionais destes estudantes. Se repararmos a diferença ronda os 10 pontos percentuais com pais com o ensino superior a mais do que na população portuguesa. No que diz respeito aos estudantes com pais com o ensino básico, chega aos 20 pontos percentuais no caso dos homens e no caso das mulheres a 15. Trata-se, pois, de uma abertura progressiva, com melhoria mesmo em relação ao último Inquérito (Martins e outros, 2018), mas ainda longe de estar totalmente concretizada.

Quadro 4.2 – Níveis de escolaridade dos pais dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Nível de escolaridade da mãe	Nível de escolaridade do pai	Nível de escolaridade mais alto dos pais
<i>n não ponderados</i>	6089	6076	6128
<i>n ponderados</i>	5821	5815	5867
	%	%	%
Ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos)	30,9	39,3	24,2
Ensino secundário	30,3	26,8	30,4
Ens. pós-secundário não superior	3,6	4,0	4,4
Curso Técnico Superior	5,8	4,8	5,8
Bacharelato ou Licenciatura	19,7	14,2	21,2
Mestrado	6,9	6,0	10,1
Doutoramento	2,1	2,1	3,4
Não sabe/Não aplicável	0,7	2,7	0,5

Salientar, ainda, que as diferenças observadas entre os perfis qualificacionais das mães e dos pais dos estudantes de 1.º ciclo são anuladas nos níveis mais avançados do ensino superior (quadro 4.2.)

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 4.3 – Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo o tipo de instituição de ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Universidade	Instituto politécnico
n não ponderados	4482	1646
n ponderados	3812	2055
	(%)	(%)
Ensino básico (1.º, 2.º e 3º ciclo)	19,1	33,6
Ensino secundário	27,3	36,2
Ensino pós-secundário não superior	4,6	4,1
Curso Técnico Superior Nacional	6,8	4,0
Bacharelato ou licenciatura	24,8	14,5
Mestrado	12,5	5,5
Doutoramento	4,5	1,4
Não sabe/Não aplicável	0,4	0,8

A análise do quadro 4.3, com informação muito próxima daquilo que foi verificado no anterior Inquérito (2017), garante alguma consistência e segurança na utilização destes dados, permitindo tornar evidente, que mesmo com a abertura do sistema, no seu interior assistimos a condições persistentes de desigualdade de oportunidades. O ensino politécnico abrange um conjunto de instituições mais aberto no recrutamento social – com uma diferença relevante entre estas instituições e as universitárias. Entre os estudantes que frequentam os institutos politécnico, 33% dos seus pais têm no máximo o ensino básico e apenas 19% dos que estão inscritos nas universidades.

O quadro 4.4 adiciona também uma informação relevante para a caracterização dos estudantes. É nas áreas de educação e de gestão e administração e direito onde mais se concentram os estudantes cujas famílias têm menos escolaridade. Na Educação, sobretudo pela sua implementação no ensino politécnico, tem um público altamente feminizado e que protagoniza, em muitos casos, os percursos mais longos de escolarização no quadro do seu núcleo familiar de origem (tal já tinha sido verificado noutros estudos, como Martins e Joana, 2004)

Quadro 4.4 – Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais segundo a área de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Área de estudo									
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	Gestão, Administração e Direito	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	Tecnologias de Informação e Comunicação	Engenharia, Indústrias Transformadas e Construção	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	Saúde e Bem-Estar	Serviços
<i>n não ponderados</i>	203	834	1005	1169	482	134	920	102	1183	96
<i>n ponderados</i>	173	631	673	1432	348	175	1312	126	831	166
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Ensino básico (1.º, 2.º e 3º ciclo)	30,8	19,0	23,6	28,1	17,0	25,2	23,3	19,8	24,9	26,0
Ensino secundário	29,9	32,0	28,2	30,9	29,3	42,5	29,5	27,0	30,9	27,0
Ensino pós-secundário não superior	4,8	4,6	3,7	4,0	5,0	5,0	5,1	2,1	2,7	12,2
Curso Técnico Superior Nacional	4,5	6,0	6,7	5,9	6,5	2,7	6,1	3,8	5,8	2,8
Bacharelato ou licenciatura	21,7	22,7	21,7	18,5	25,3	18,2	21,2	29,3	21,5	22,4
Mestrado	6,6	11,4	10,5	8,7	12,2	5,6	10,9	11,0	10,4	9,4
Doutoramento	1,3	3,5	4,8	3,5	3,7	0,8	3,5	7,0	3,1	0,2
Não sabe/Não aplicável	0,4	0,8	0,7	0,4	0,9	0,0	0,4	0,0	0,8	0,0

Quadro 4.5 Comparação do indicador das categorias profissionais* dos pais e mães dos estudantes do ensino superior (2020/21, 1.º semestre) com a população portuguesa empregada (2020) (% em coluna)

	Mãe	Pai	Pop. Portuguesa
<i>n ponderados</i>	5555	5516	–
<i>n não ponderados</i>	6001	5949	–
	(%)	(%)	(%)
Dirigente de empresa ou organismo público	6,9	12,0	6,2**
Profissional Intelectual e científico	16,3	9,6	22,0
Técnico/trabalhador com funções de chefia intermédia	8,0	13,1	11,0
Empregado administrativo	18,7	7,4	8,6
Trabalhadores dos serviços pessoais, segurança e do comércio	14,7	13,8	18,8
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	1,3	3,0	5
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	3,8	11,8	12,3
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e transporte	1,6	8,1	7,9
Trabalhador não qualificado	15,6	9,3	8,0
Não sabe	9,5	11,3	–
Nunca esteve inserido no mercado de trabalho	3,5	0,6	–

* População empregada com idade entre 20 e 64 anos (Série 2011 - N.º) por Sexo e Profissão (Grande grupo - CPP); Anual - INE, Inquérito ao emprego

** Inclui os 0,4% dos profissionais das forças armadas.

De facto, embora com pequenas diferenças (como o ligeiro reforço das profissões intelectuais e científicas), a estrutura profissional relativa aos pais dos estudantes em 2020/21 (1.º semestre) replica a configuração observada em 2016/17 (2.º semestre). Tal comparação vem, mais uma vez, reforçar a qualidade dos dados e nas aproximações da amostra ao universo. Na comparação com a população ativa portuguesa, observamos novamente uma estrutura de inserções profissionais muito equivalente à dos pais dos estudantes, embora com uma maior presença nas categorias mais qualificadas. Tal pode explicar-se, em parte, pelo facto de nos dados referentes à população empregada se incluir uma faixa etária mais alargada (15 e mais anos) onde se incluem os mais jovens e os segmentos etários mais escolarizados, protagonistas das tendências de qualificação avançada e que ainda não têm idade de terem filhos a frequentar o ensino superior.

Acrescente-se, ainda, e do ponto de vista dos estudantes, que metade considera que a sua família vive como a média da população portuguesa, cerca de 30% diz mesmo que vive acima e só 17,4% dá conta que vive abaixo da riqueza média das famílias portuguesas.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 4.6 - Perceção dos estudantes do ensino superior perante os níveis de riqueza dos pais, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	–	5953
<i>n ponderados</i>	–	5709
Largamente acima da média	5,5	311
Pouco acima da média	26,4	1505
Estão na média	50,7	2897
Pouco abaixo da média	14,3	818
Largamente abaixo da média	3,1	178

Este tipo de indicadores são, provavelmente, os mais sensíveis à forma como os estudantes percecionam a crise, neste caso, marcados pelos efeitos vincados de uma pandemia.

Contextos de residência

De acordo com os dados apresentados no quadro 4.7, mais de metade dos estudantes que frequentam atualmente o ensino superior em Portugal vive em casa dos pais/familiares (53%), pelo menos durante o desenvolvimento da formação. Se considerarmos aqueles que estão em licenciatura ou em cursos de curta duração, este valor aumenta ligeiramente (56% e 68%, respetivamente). Entre os que têm até 21 anos este valor também fica reforçado (62%) e mantém-se ainda muito relevante se considerarmos o grupo etário seguinte, até aos 24 anos (58%) (ver quadro 4.8). É também nestes escalões etários mais jovens que, com mais frequência, se encontram alojados em residências para estudantes.

Quadro 4.7– Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	2020/21 (1.º semestre)		2016/17 (2.º semestre)	
	%	n	%	n
n não ponderados	–	6180	–	4884
n ponderados	–	5918	–	5056
Em casa dos pais	53,3	3152	48,8	2469
Numa residência para estudantes	6,3	373	6,2	316
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	12,6	744	13,4	678
Com outros	21,5	1275	23,9	1207
Sozinho, em nenhuma das condições anteriores	6,3	374	7,7	388

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Este aumento relativo de estudantes que vivem com os seus pais, em comparação com o anterior Inquérito, pode estar relacionado com dois tipos de circunstâncias e ambas devido aos efeitos da Pandemia de Covid19: os longos períodos de confinamento e aprendizagem à distância terem causado alguma retração nos estudantes para encontrar formas de alojamento deslocadas ou fora da sua família de origem; e como consequência da diminuição de rendimentos dos estudantes e das suas famílias, reduzindo-se as possibilidades de terem formas alternativas de alojamento.

Saliente-se que, apesar das diferenças entre os dados no presente Inquérito (2020/21, 1.º semestre) e os do anterior (2016/17, 2.º semestre), estes mantêm uma distribuição muito equivalente e as diferenças têm, com uma leitura conciliada com outros indicadores, um significado consistente. Embora não se desconsidere em absoluto que algumas dessas variações possam ser justificadas por pequenos enviesamentos amostrais.

É na capital (Lisboa) que encontramos mais estudantes a viver com os seus pais (61,2%) e isto está relacionado com o tipo de custos de alojamento que têm sido observados nos últimos anos nesta região. Deve também ser sublinhado que 17,6% destes estudantes já têm o seu próprio agregado familiar (aqueles que vivem com o seu/sua parceiro/a e/ou filhos/as), e 9,4% dos estudantes que vivem sozinhos.

Quadro 4.8– Estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência por idade, 2020/21 (1.º semestre) (%)

Contexto de residência	Alojamento por idade			
	≤21 anos	22 até 24 anos	25 até 29 anos	≥30 anos
<i>n não ponderados</i>	3717	1192	521	750
<i>n ponderados</i>	3210	1287	623	798
	%	%	%	%
Em casa dos pais	62,2	58,2	41,6	18,6
Numa residência para estudantes	6,7	8,1	5,5	2,7
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	1,2	6,8	24,8	58,2
Com outros (sem ser com os pais, cônjuge/ crianças, nem em residências)	25,8	21,7	18,2	6,6
Sozinho em nenhuma das condições anteriores	4,2	5,2	9,9	13,9

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 4.9– Satisfação dos estudantes com o seu alojamento, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Tempo		Custos		Localização		Condições	
	%	<i>n</i>	%		%	<i>n</i>	%	<i>n</i>
<i>n</i> não ponderados	–	5927	–	5875	–	5911	–	5909
<i>n</i> ponderados	–	5677	–	5632	–	5662	–	5661
(Muito) satisfeito	51,1	2901	58,0	3268	69,2	3918	75,1	4249
Nem satisfeito, nem insatisfeito	21,7	1230	22,9	1288	17,7	1001	17,5	993
Não satisfeito (de todo)	27,2	1546	19,1	1076	13,1	744	7,4	419

A grande maioria dos estudantes encontra-se (muito) satisfeita com a sua residência, nas suas várias dimensões. No entanto, é com o tempo no trajeto até à instituição de ensino e os custos do alojamento que estes estudantes declaram estar menos satisfeitos. As condições de habitabilidade parecem ser o elemento com que os estudantes estão mais satisfeitos relativamente à sua habitação.

Os estudantes do ensino superior demoram em média 38 minutos a chegar à sua instituição de ensino com proveniência do seu alojamento. No entanto, também em relação a este indicador observamos uma grande diversidade de situações (desvio-padrão de 33 minutos) e metade dos estudantes da amostra dão conta que levam menos (até 30 minutos).

Quadro 4.10 – Tempo despendido no trajeto entre o alojamento e a instituição de ensino, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Tempo entre casa e IES ¹	Unidade
<i>n</i> não ponderados	6106	<i>n</i>
<i>n</i> ponderados	5840	<i>n</i>
Média	38	Minutos
Mediana	30	Minutos
Desvio-padrão	33	Minutos

¹ IES – Instituição do Ensino Superior

Quadro 4.11 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o local de estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	<i>n</i>
<i>n</i> não ponderados	–	6180
<i>n</i> ponderados	–	5918
Capital (Lisboa)	33,7	1996
Fora da capital	66,3	3922

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 4.12– Local de estudos dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Universitário		Politécnico	
	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4512	–	1668
<i>n ponderados</i>	–	3835	–	2083
Capital	44,9	2114	13,2	1808
Não é capital	55,1	1721	86,8	275

Um terço dos estudantes do ensino superior estão matriculados em instituições da região de Lisboa. Esta concentração é mais elevada entre os estudantes universitários. Os estudantes a frequentar o ensino politécnico mostram uma colocação regional mais diversificada.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

CAPÍTULO 5 Despesas e custos de vida

Todos os estudantes, custos totais

Num inquérito sobre os *Impactos da Covid em Portugal*,⁹ lançado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, uma das premissas mais consistentes e que percorre a análise de quase todos os seus indicadores é a contração da despesa das famílias portuguesas, nomeadamente em determinadas categorias dessa despesa. O interessante é que os dados revelados neste relatório e sobre um segmento diferente e mais específico, os estudantes do ensino superior, expressam as mesmas tendências e contribuem para uma leitura geral de quais poderão ser os efeitos da deflagração pandémica da Covid-19 nas condições de vida dos portugueses.

O quadro 5.1 evidencia já uma quebra entre as despesas médias totais dos estudantes neste Inquérito (2020/21, 1.º semestre).

Em média, o total de estudantes declara despende 690.0 euros/mês (2020/21, 1.º semestre). Este valor, como se pode deduzir através da análise do desvio padrão associado (410.8 euros/mês), tem subjacente uma grande heterogeneidade de situações.¹⁰ A idade e condição perante a atividade económica, assim como a fonte de rendimentos que sustentam as despesas mensais são dimensões particularmente relevantes na variação do montante médio de custos declarados pelo conjunto dos estudantes.

Quadro 5.1 - Despesas dos estudantes, custos totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	2020/21 (1.º semestre)	2016/17 (2.º semestre)	unidade
<i>n não ponderados</i>	2393	4306	–
<i>n ponderados</i>	2351	4444	–
Média	690.0	761.4	Euros
Mediana	581.7	610.0	Euros
Desvio-padrão	410.8	559.8	Euros

⁹ Fundação Manuel dos Santos (julho de 2021, resultados preliminares), ver sítio <https://www.ffms.pt/destaques/detalhe/5648/dados-preliminares-do-estudo-sobre-a-covid19-em-portugal>.

¹⁰ Como nota prévia ao capítulo, parece útil sublinhar que os dados aqui apresentados referentes às despesas dos estudantes provêm das suas perceções declaradas no ato de preenchimento do questionário e não com base em nenhuma fonte institucional.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 5.2 - Despesas dos estudantes, custos totais, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	< 22 anos	1137	992	565.8	485.4	327.4
	22 até 24 anos	538	568	641.1	547.6	368.3
	25 até 29 anos	274	331	719.2	663.9	339.6
	30 anos ou mais	444	460	997.3	882.1	500.4
Condição perante atividade económica	0h	1539	1415	591.0	502.8	346.5
	1-5h por semana	50	56	572.2	554.2	302.6
	6-10h por semana	96	98	645.2	581.7	372.9
	11-15h por semana	47	48	743.1	634.3	486.6
	16-20h por semana	100	104	718.7	628.5	385.8
	>20h por semana	553	622	921.8	815.8	459.4
Fonte de rendimentos	Dependente da família	–	–	637.3	533.8	380.5
	Dependente de rendimento próprio	–	–	825.2	756.6	410.2
	Dependente de apoio público aos estudantes	–	–	448.4	364.0	244.4
	Outro	–	–	615.0	497.7	392.4

Também em linha de continuidade com o anterior Inquérito (Martins e outros, 2018), os estudantes mais velhos e também com envolvimento mais intenso no trabalho (>20 horas), tal como os que têm como principal fonte rendimentos próprios (de trabalho) são os que declaram ter um maior volume médio de despesas por mês.

A análise por fonte de rendimentos indica ainda que os estudantes dependentes de apoio público declaram um padrão de despesas que ronda em termos médios os 448.4 euros/mês. Neste segmento de estudantes que auferem apoios diretos do Estado, 50% têm despesas até 364 euros/mês.

Estudantes que vivem com os pais, custos totais

Os estudantes que residem com os pais (a maioria dos quais “estudantes a tempo inteiro”, sem outros rendimentos ou recursos para além dos da família) declaram ter despesas médias de manutenção de 676.8 euros/mês, com um desvio padrão associado de 418.7 euros/mês. Estes valores, devem ser lidos com cautela, pois, mais do que se referirem a situações materiais, traduzem sim perceções sobre custos de vida pessoais e provavelmente também das respetivas famílias.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Quadro 5.3 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	813	–
<i>n ponderados</i>	773	–
Média	676.8	Euros
Mediana	580.0	Euros
Desvio-padrão	418.7	Euros

Quadro 5.4 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, por sexo, escolaridade dos pais, por fonte de rendimento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	< 22 anos	485	413	631.0	516.1	381.8
	22 até 24 anos	197	219	709.6	649.6	420.4
	25 até 29 anos	77	81	683.8	575.7	393.6
	30 anos ou mais	54	59	866.1	681.7	600.9
Escolaridade dos pais	Pais sem ensino superior	435	446	635.4	558.3	351.6
	Pais com ensino superior	367	318	734.8	647.9	490.7
Condição perante atividade económica	0h	580	521	633.1	530.0	372.1
	1-5h por semana	22	19	717.8	692.3	366.5
	6-10h por semana	27	29	527.1	459.7	347.6
	11-15h por semana	24	26	729.7	593.8	583.6
	16-20h por semana	36	37	805.0	637.0	542.6
	>20h por semana	124	140	821.0	693.9	486.8

Tal como verificado para o conjunto de estudantes incluídos na amostra, também neste segmento de estudantes que residem com os pais é possível observar uma grande heterogeneidade de situações associadas aos padrões de despesas médias mensais. Em termos globais, os segmentos com valores médios mais elevados de despesas são os mais velhos (>30 anos) e os estudantes que conciliam atividades de estudo e de trabalho, de forma relativamente repartida e continuada. Ou seja, especialmente os que têm um envolvimento profissional de 16h a 20 h/semana e acima de 20h/semana.

As origens educacionais interferem também no volume de despesas deste conjunto: os estudantes cujos pais têm ensino superior declaram despesas médias mensais mais elevadas (734.8 euros/mês, em média perto de mais 100 euros/mês do que os seus colegas com pais sem ensino superior).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Estudantes que não vivem com os pais, custos totais

Os estudantes que não vivem com os pais declaram despesas médias de 696.5 euros/mês (desvio padrão de 406.8). Também neste conjunto estes custos gerais tendem a progredir com a idade e com a maior disponibilidade financeira ligada a rendimentos próprios (de trabalho): quanto mais velhos e mais mobilizados na atividade económica, maiores as despesas médias mensais, e também mais elevada a diversidade de situações.

Quadro 5.5- Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	1580	—
<i>n ponderados</i>	1578	—
Média	696.5	Euros
Mediana	585.0	Euros
Desvio-padrão	406.8	Euros

Quadro 5.6 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, por idade, escolaridade dos pais e condição perante atividade económica dos estudantes, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	< 22 anos	652	578	519.1	471.5	273.1
	22 até 24 anos	341	349	598.2	525.8	324.8
	25 até 29 anos	197	250	730.7	690.0	320.1
	30 anos ou mais	390	401	1016.6	906.0	481.7
Escolaridade dos pais	Pais sem ensino superior	917	963	693.6	571.4	416.4
	Pais com ensino superior	637	586	692.6	595.8	380.3
Condição perante atividade económica	0h	959	894	566.5	498.4	328.4
	1-5h por semana	28	37	495.4	514.0	233.7
	6-10h por semana	69	69	694.8	637.0	374.4
	11-15h por semana	23	22	759.6	640.2	346.6
	16-20h por semana	64	68	672.1	617.8	259.2
	>20h por semana	429	482	951.2	854.8	447.4

Neste conjunto de estudantes que não vivem com os pais, o perfil educativo dos progenitores não se traduz em grandes diferenças nos padrões médios de despesas declaradas.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Custos de vida, todos os estudantes

Custos com alojamento

Quadro 5.7 - Despesas dos estudantes – custos com alojamento, 2020/21 (1.º semestre)
(em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	3282	
<i>n ponderados</i>	3172	
Média	255.5	Euros
Mediana	210.0	Euros
Desvio-padrão	199.8	Euros

No conjunto de estudantes e considerando de forma agregada as despesas pagas pelos próprios e por outros (sobretudo os pais), o alojamento implica um custo médio mensal de 255.5 euros; com um desvio padrão associado de 199.8 euros. Estes valores são, em termos médios, mais elevados do que no anterior Inquérito (ver Martins e outros, 2018) e mais uma vez podem estar aqui marcados já alguns dos efeitos da pandemia. Alguns dos serviços relacionados com o alojamento têm associadas maiores despesas – como água, gás e eletricidade – que se prende com o facto das famílias e os estudantes terem estado confinados por longos períodos e com mais gastos associados ao espaço doméstico.

Os segmentos que declaram montantes médios de despesas mensais com alojamento acima do patamar médio global envolvem os estudantes mais velhos (maiores de 25 anos), economicamente ativos e cuja principal fonte de rendimentos é o trabalho, residentes com um parceiro/a, sozinhos/as ou com outros (estes sozinhos ou em partilha de alojamento com terceiros, frequentemente, têm como principal fonte de rendimentos a família).

De resto, os estudantes deslocados que frequentam instituições de ensino superior na capital (Lisboa) apresentam um valor médio de despesas com alojamento mais elevado (305.5 euros/mês; associados a um desvio padrão de 229.8).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 5.8 - Despesas dos estudantes - custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	1722	1479	229.7	200.0	178.5
	22 até < 25 anos	684	718	235.3	200.0	202.4
	25 até < 30 anos	347	418	284.4	270.0	177.6
	30 anos ou mais	529	557	328.6	287.5	241.4
Condição perante atividade económica	0h	2256	2045	237.0	200.0	187.1
	1-5h por semana	65	72	208.6	200.0	138.3
	6-10h por semana	114	115	225.7	200.0	187.9
	11-15h por semana	55	58	269.3	225.0	240.8
	16-20h por semana	129	134	269.5	200.0	237.4
	>20h por semana	649	735	312.4	300.0	219.2
Contexto de residência	Em casa dos pais	1012	966	223.2	180.0	215.1
	Numa residência para estudantes	298	300	179.7	127.5	152.1
	Com companheiro(a)	536	566	340.6	300.0	232.8
	Com outros	1173	1062	249.9	230.0	158.0
	Sozinho(a)	263	278	298.3	300.0	195.2
Fonte de rendimentos	Dependente da família	–	–	252.8	210.0	197.3
	Dependente de rendimento próprio	–	–	284.9	250.0	210.6
	Dependente de apoio público aos estudantes	–	–	153.6	108.1	108.1
	Outro	–	–	210.1	190.0	163.3
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	466	521	221.8	200.0	184.6
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1657	1660	236.2	200.0	178.6
	Capital (Lisboa)	1159	992	305.5	296.1	229.8

Nota: as categorias referentes à fonte de rendimentos são mutuamente exclusivas, referem a residência principal em período letivo.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Custos com alimentação

As despesas com alimentação representam em termos médios um dispêndio de 76.4 euros/mês pagos diretamente pelos estudantes, e 52.8 euros/mês pagos por terceiros (sobretudo os pais), com uma ligeira quebra face ao verificado no último Inquérito às Condições Socioeconómicas do Ensino Superior em Portugal (em 2017).

Estes valores médios têm subjacentes uma grande diversidade de situações (o desvio padrão associado é de 100.1 euros no caso das despesas em alimentação pagas pelo próprio estudante e de 87.1 euros/mês nos gastos em alimentação pagos por outros e, ainda mais acentuado quando se considerar o conjunto destas despesas).

Quadro 5.9 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
	Total	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	4177	4177	4177	–
<i>n ponderados</i>	4034	4034	4034	–
Média	76.4	52.8	129.2	Euros
Mediana	50.0	0.0	100.0	Euros
Desvio-padrão	100.1	87.1	108.8	Euros

Os estudantes do grupo etário até 21 anos e aqueles que se mantêm em casa dos pais durante o período letivo têm a maior fatia de gastos com alimentação pagos diretamente por outros (ver quadro 5.10)

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 5.10 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos por outros por idade, contexto de residência e fonte de rendimento, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

			<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Pago pelos próprios	Idade	até 21 anos	2273	1965	39.9	10.0	65.3
		22 até < 25 anos	866	914	63.5	40.0	77.1
		25 até < 30 anos	426	504	103.6	100.0	85.4
		30 anos ou mais	612	651	183.7	150.0	137.7
	Contexto de residência	Em casa dos pais	1818	1723	41.1	20.0	66.6
		Residência para estudantes	320	323	75.0	70.0	78.7
		Com companheiro(a)	587	623	181.6	150.0	143.7
		Com outros	1158	1054	65.2	50.0	78.5
		Sozinho(a)	294	311	101.1	100.0	82.4
	Pagos por outros	Idade	até 21 anos	2273	1965	64.4	31.8
22 até < 25 anos			866	914	60.8	0.0	95.0
25 até < 30 anos			426	504	30.8	0.0	64.6
30 anos ou mais			612	651	23.9	0.0	72.9
Contexto de residência		Em casa dos pais	1818	1723	76.4	40.0	104.1
		Residência para estudantes	320	323	30.0	0.0	57.9
		Com companheiro(a)	587	623	28.9	0.0	76.6
		Com outros	1158	1054	43.1	0.0	65.7
		Sozinho(a)	294	311	27.2	0.0	51.9

Custos com transportes

Quadro 5.11 - Despesas dos estudantes - custos com transportes, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	5096	
<i>n ponderados</i>	4924	
Média	48.5	Euros
Mediana	30.0	Euros
Desvio-padrão	55.4	Euros

No conjunto dos estudantes, a mediana da distribuição relativa à componente de gastos mensais com mobilidade dá relevo a medidas de apoio social direto como os passes Sub23 – através dos quais os estudantes com idades até 23 anos beneficiam de 25% a 60% de descontos (os descontos mais elevados são dirigidos a estudantes beneficiários da Ação Social Direta no Ensino Superior). Em termos médios, as

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



despesas com transporte envolvem 48.5 euros/mês, considerando de forma agregada as despesas pagas pelos próprios e por terceiros (com um desvio padrão associado de 55.4 euros/mês). Os custos médios com transportes, assim como a grande variabilidade de situações manifestadas no valor do desvio padrão associado à média, são muito influenciados pelas práticas relativas à utilização de transporte público ou privado, pela situação de residência (serem ou não estudantes deslocados da residência de família por motivos de estudo) e pela idade dos estudantes. Este último ano, em contexto de pandemia, as mobilidades foram mais reduzidas e, por essa via, estas despesas foram também um pouco mais contidas.

Custos com comunicações

Quadro 5.12- Despesas dos estudantes, custos com comunicações, totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
	Total	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	3795	3795	3795	<i>n</i>
<i>n ponderados</i>	3698	3698	3698	<i>n</i>
Média	14.5	12.3	26.8	Euros
Mediana	10.0	0.0	16.0	Euros
Desvio-padrão	21.8	21.0	24.5	Euros

Em termos médios a generalidade dos estudantes declara despende entre 14.5 euros/mês (pagos do seu próprio bolso) e 12.3 euros/mês em comunicações, num total médio de 26.8 euros por mês. A harmonização das tarifas neste setor das telecomunicações e a proliferação de «pacotes familiares», permite atenuar o peso das comunicações no cabaz de despesas mensais dos estudantes. Isto apesar de as mesmas terem ainda alguma assimetria associada (cerca de 21 a 25 euros mês).

Custos com saúde

Em termos globais, os estudantes declaram ter em média cerca de 11,6 euros de despesas mensais com saúde, não se registando diferenças expressivas entre o que é pago do seu próprio bolso ou por terceiros (sobretudo os pais).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

Quadro 5.13 - Despesas dos estudantes, custos com saúde, totais e pagos pelos próprios e Pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
	Total	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	5102	5102	5102	–
<i>n ponderados</i>	4931	4931	4931	–
Média	5.8	5.7	11.6	Euros
Mediana	0.0	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	21.1	22.5	30.4	Euros

Na análise destes dados, temos que ter em conta que, em Portugal, o acesso a serviços públicos de saúde é tendencialmente gratuito para a população em geral, muito embora esse acesso tenha implicado o pagamento de taxas moderadoras – salvo todas as crianças e jovens até 18 anos; pessoas em situações de carência económica comprovada e pessoas com quadros de acompanhamento clínico tipificado.

Custos com atividades sociais e de lazer

Quadro 5.14- Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	unidade
	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	5103	5103	–
<i>n ponderados</i>	4932	4932	–
Média	16.6	5.0	Euros
Mediana	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	35.5	19.4	Euros

No conjunto dos estudantes, 50% assumem não ter qualquer gasto com atividades sociais e de lazer. Estas despesas são de difícil realização no quadro de longos períodos de confinamento, como medida de restrição obrigatória em estado de emergência a que o país esteve sujeito. Este item acolhe, contudo, uma grande dispersão de situações, tendo em conta o desvio padrão de 35.5 euros/mês, associado a uma média de despesas de 16.6 euros/mês pagas pelos próprios e o equivalente de 19.4 euros/mês associado à média mensal de 5 euros, pagas por terceiros.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Outros custos de vida

A distribuição de gastos neste item geral que reporta a “outras despesas correntes” é sobretudo marcada por grande variabilidade de situações (desvio padrão é de 46.2 euros/mês pagas pelo próprio, 42.4 na componente paga por terceiros (sobretudo os pais) e 60.5 euros mensais no conjunto destas despesas; observando-se que 50% dos estudantes declaram não ter mais do que 20 euros mensais de despesa com outras atividades regulares do dia-a-dia.

Quadro 5.16 - Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia, totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
	Total	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	5101	5101	5101	–
<i>n ponderados</i>	4930	4930	4930	–
Média	23.6	12.7	36.3	Euros
Mediana	0.0	0.0	20.0	Euros
Desvio-padrão	46.2	42.4	60.5	Euros

Custos de vida, totais, em percentagem

Quadro 5.17 –Peso relativo dos custos de vida no orçamento global de despesas mensais, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	2393	–
<i>n ponderados</i>	2351	–
Média	87,9	(%)
Mediana	91,0	(%)
Desvio-padrão	10,2	(%)

Nota: O indicador “custos de vida” integra nove categorias de consumo geral de manutenção: alojamento, alimentação, transporte, comunicação, saúde, assistência à infância, pagamentos de dívidas (exceto amortizações), atividades de lazer social e outras despesas comuns. O indicador “Peso dos custos de vida nos custos totais mede a parcela de despesas de manutenção no cabaz de despesas mensais dos estudantes (que inclui também as despesas inerentes às atividades de estudo).

No conjunto de estudantes as despesas de manutenção, não diretamente relacionadas com as atividades de estudo, envolvendo o alojamento, alimentação,

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



transportes, comunicações, entre outras, representam em termos médios 87,9% dos custos mensais; sendo que na mediana da distribuição estes custos envolvem 91.0% das despesas totais.

Custos de vida dos estudantes deslocados e dos estudantes em casa própria

Neste ponto do relatório damos destaque aos custos de vida dos estudantes deslocados da residência familiar durante o período letivo, e também daqueles que representam o segmento relativamente minoritário de estudantes em casa própria, com transições para a vida adulta no plano familiar e de trabalho relativamente consolidadas.

Custos com alojamento

Os estudantes que não residem com a família de origem declaram despendem em média 269.7 euros/mês com alojamento (com um desvio padrão associado de 191.1 euros), incluindo aqui pagamento feitos diretamente pelos estudantes e por terceiros (sobretudo os pais).

Quadro 5.18 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida totais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	2270	—
<i>n ponderados</i>	2207	—
Média	269.7	Euros
Mediana	235.0	Euros
Desvio-padrão	191.1	Euros

Estudar na capital é um fator de forte acréscimo dos custos médios com alojamento (333.0 euros/mês) e também de maior dispersão dos custos associados, tendo em conta o desvio padrão de 210.3 euros/mês. De resto, a idade, condição perante a atividade económica e intensidade de envolvimento da atividade laboral, assim como o contexto mais autónomo de residência (com um/a companheiro/a), são características muito relacionadas com os padrões médios de despesas. Quanto mais velhos, mais densamente envolvidos na atividade laboral e com casa própria, maior o acréscimo de despesas neste item.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 5.19 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais- custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	< 22 anos	1103	950	233.2	220.0	158.8
	22 até 24 anos	455	464	241.0	200.0	182.3
	25 até 29 anos	250	313	304.2	300.0	164.6
	30 anos ou mais	462	479	347.5	300.0	241.1
Condição perante atividade económica	0h	1523	1383	245.1	220.0	173.5
	1-5h por semana	40	51	194.4	190.0	114.3
	6-10h por semana	83	82	251.7	216.3	176.6
	11-15h por semana	31	32	290.5	240.0	189.5
	16-20h por semana	81	87	271.9	250.0	174.7
	>20h por semana	499	559	338.3	300.0	223.9
Contexto de residência	Em casa dos pais	–	–	–	–	–
	Numa residência para estudantes	298	300	179.7	127.5	152.1
	Com companheiro(a)	536	566	340.6	300.0	232.8
	Com outros	1173	1062	249.9	230.0	158.0
	Sozinho(a)	263	278	298.3	300.0	195.2
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	381	422	238.0	200.0	191.8
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1196	1182	248.7	220.0	172.3
	Capital (Lisboa)	693	603	333.0	300.0	210.3

Custos com alimentação

Quadro 5.20 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais - custos com alimentação totais e pagos pelos próprios e pagos por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	Unidade
<i>n não ponderados</i>	2359	2359	2359	–
<i>n ponderados</i>	2311	2311	2311	–
Média	102.8	35.3	138.0	Euros
Mediana	80.0	0.0	100.0	Euros
Desvio-padrão	112.1	66.5	109.9	Euros

A alimentação representa para este segmento um custo médio de 138 euros/mês pagos diretamente pelos estudantes e por outros (sobretudo os pais) (com um desvio

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



padrão associado de 109.9 euros/mês). Nestes custos a maior fatia é paga pelo próprio, envolvendo 102.8 euros/mês, com um desvio padrão que denota grande assimetria de situações (112.1 euros/mês)

Entre os estudantes que não vivem com os pais, os gastos com alimentação pagos pelo próprio estudante têm variações evidentes por idade, sexo, condição perante a atividade económica e região de localização da Instituição de ensino superior. Os estudantes mais velhos, do sexo masculino e os que declaram maior envolvimento laboral têm despesas médias com alimentação mais elevadas. Relativamente ao contexto territorial, estudar numa instituição de ensino superior da capital, tem subjacente mais custos com alimentação do que em qualquer outra tipologia de região do país.

Quadro 5.21 – Despesas com alimentação dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros- despesas por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		Pagas pelos próprios			Pagas diretamente pelos pais		
		Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	< 22 anos	54.3	30.0	72.1	47.8	20.0	67.8
	22 até 24 anos	81.0	70.0	84.3	37.2	0.0	63.8
	25 até 29 anos	123.0	100.0	90.5	19.4	0.0	46.9
	30 anos ou mais	198.2	200.0	139.7	20.5	0.0	71.7
Sexo	Feminino	91.6	70.0	104.3	42.2	0.0	71.5
	Masculino	118.7	100.0	120.7	25.5	0.0	57.3
Condição perante atividade económica	0h	64.9	50.0	82.0	45.0	0.0	67.8
	1-5h por semana	50.3	20.0	72.8	40.2	0.0	58.3
	6-10h por semana	120.2	100.0	92.1	32.8	0.0	79.8
	11-15h por semana	134.1	100.0	121.6	54.1	0.0	119.1
	16-20h por semana	112.3	100.0	122.4	23.1	0.0	62.2
	>20h por semana	190.2	180.0	125.9	13.2	0.0	52.0
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	95.8	70.0	113.6	30.0	0.0	56.3
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	91.9	70.0	105.0	35.4	0.0	63.9
	Capital (Lisboa)	128.4	100.0	120.3	38.8	0.0	77.0

A distribuição de despesas pagas diretamente por outros (sobretudo os pais) apresenta um quadro diferenciado na comparação com o anterior. Aqui são os estudantes mais jovens, do sexo feminino, que trabalham 11h a 15h por semana ou não trabalham de todo os que apresentam gastos médios mais elevados com alimentação. Quanto ao contexto territorial observa-se uma tendência para o agravamento dos gastos com produtos alimentares com o incremento da densidade populacional da localização do estudo.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Custos com transportes

No segmento de estudantes que não vive com os pais durante o período letivo, as despesas com transportes envolvem em média 38.2 euros/mês (com um desvio padrão alto de 56.8 euros) pagos diretamente pelos estudantes e 12.4 euros/mês (desvio padrão 31.0 euros) pagos por terceiros (sobretudo os pais) e no seu conjunto 50.6. A análise destes custos referenciada na mediana permite observar que na metade da distribuição 50% tem custos de 20 euros/ mês (pagos pelos próprios) ou no total das despesas 30 euros mensais.

Quadro 5.22 - Despesas em transportes dos estudantes que não vivem com os pais, totais e pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
	Total	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	2476	2476	2476	
<i>n ponderados</i>	2429	2429	2429	
Média	38.2	12.4	50.6	Euros
Mediana	20.0	0.0	30.0	Euros
Desvio-padrão	56.8	31.0	58.3	Euros

Custos com comunicações

Despesas com comunicações pagas pelos próprios envolvem em média 19.4 euros/mês, com um desvio padrão associado de 25.4 euros/mês, e 7.5 euros/mês (desvio padrão 14.8 euros) Pagos por outros.

Quadro 5.23 - Despesas em comunicações dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	unidade
<i>n não ponderados</i>	1934	1934	—
<i>n ponderados</i>	1938	1938	—
Média	19.4	7.5	Euros
Mediana	12.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	25.4	14.8	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Custos com saúde

As despesas com saúde têm no geral pouca expressão no todo de custos de manutenção mensal: na metade da distribuição os estudantes declaram zero euros de custos mensais com este item; sendo a média de gastos pagos pelos próprios de 7.5 euros/mês, para um desvio padrão associado de 23.2 euros/mês. Neste item de despesas com saúde a componente paga diretamente por outros é ainda mais baixa: em média 4.1 euros/mês, com um desvio padrão associado de 19.7 euros/mês.

Quadro 5.24 - Despesas em saúde dos estudantes que não vivem com os pais, totais e pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
<i>n não ponderados</i>	2479	2479	2479	
<i>n ponderados</i>	2433	2433	2433	
Média	7.5	4.1	11.6	Euros
Mediana	0.0	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	23.2	19.7	30.3	Euros

Custos com atividades sociais e de lazer

As despesas com atividades sociais e de lazer têm também baixa expressão no todo de gastos mensais, e são sobretudo geridas tendo em conta dinheiro de bolso que o estudante tem para fazer frente aos seus consumos. Em termos médios os estudantes despendem diretamente 17.7 euros mês com este item de gastos (o qual tem, no entanto, associado alguma variabilidade de situações tendo em conta o desvio padrão de 36.2 euros/mês). Os custos com atividades sociais e de lazer pagos por outros representam segundo as declarações dos estudantes uma despesa média mensal de 3.7 euros (desvio padrão 18.0 euros)

Quadro 5.25 - Despesas em atividades sociais e de lazer dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	unidade
<i>n não ponderados</i>	2480	2480	–
<i>n ponderados</i>	2433	2433	–
Média	17.7	3.7	Euros
Mediana	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	36.2	18.0	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Custos de vida

Em termos médios, o total dos custos de vida de estudantes que não vivem com os pais envolvem 595.8 euros/mês. Pelas razões assinaladas ao longo da análise, ligadas com características sociodemográficas, contextos e condições de vida regista-se alguma variabilidade nos valores de custos médios (o desvio padrão é 367.4 euros/mês).

A mediana da distribuição (500.0 euros/mês) indica que o total dos custos de vida implicam para este segmento de estudantes que não vivem com os pais uma disponibilidade financeira abaixo do referencial de salário mínimo nacional, que é em 2020 de 635 euros mês.

Quadro 5.26 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	1806	–
<i>n ponderados</i>	1802	–
Média	595.8	Euros
Mediana	500.0	Euros
Desvio-padrão	367.4	Euros

Atividades relacionadas com o estudo

Em Portugal, de acordo com a legislação que estabelece as bases do financiamento do ensino superior [Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto] os estudantes devem participar nos custos da sua formação através do pagamento às instituições onde estão matriculados de uma taxa de frequência, designada por propina. Esta mesma legislação prevê algumas situações especiais de isenção – abrangendo estudantes carenciados e também a possibilidade de apoio por mérito escolar –, assim como define de forma explícita para o 1.º ciclo e mestrados integrados os montantes máximos e mínimos de propinas que podem ser fixados pelas Instituições de ensino superior público. No ano 2019/2020 a propina máxima paga pelos estudantes das instituições de ensino superior público foi de 871 euros, reduzindo para 697 euros (cerca de 20%) no ano letivo 2020/2021.

É interessante notar que apesar da margem de manobra que as instituições têm para definir os valores de propinas de 1.º ciclo, na generalidade das instituições os valores praticados aproximam-se do limiar mais elevado, sendo a exceção algumas instituições politécnicas localizadas em regiões periféricas, e com maior dificuldade em captar estudantes.

Este quadro normativo altera-se significativamente no caso dos estudantes que frequentam instituições de ensino privado e para todos que embora no público,

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



frequentam cursos de 2.º ciclo (mestrado e doutoramento), para os quais a determinação dos valores de propina é fixado de forma autónoma por cada instituição. Nesta situação, as propinas são muito variáveis em função do prestígio da instituição e da área de oferta formativa específica. Da mesma forma, os estudantes internacionais (nos casos não abrangidos por protocolos de intercâmbio com reciprocidade) pagam propinas com valores superiores do que os estudantes nacionais, e as instituições de ensino superior possuem autonomia para decidir quais os valores a cobrar.

Para além das propinas, em cada ano letivo, os estudantes pagam às instituições uma série de taxas e emolumentos relativos a diferentes atos administrativos regulares, as quais são muito variáveis entre instituições, embora com uma tendência comum de progressivo agravamento.

Num contexto de subfinanciamento estrutural do ensino superior e de intensificação da competitividade para atrair diferentes tipologias de estudantes – e particularmente de maior dificuldade de recrutamento de estudantes internacionais perante os constrangimentos à mobilidade – os montantes pagos em propinas representam uma fatia relevante do orçamento total do sistema de ensino superior. Tendo como objetivo as metas definidas pelo Governo português relativamente à escolarização dos adultos no coorte geracional de referência comum 30-34 anos; em 2020, tiveram lugar um conjunto de iniciativas legislativas que procuraram alargar o peso relativo de estudantes com perfis diversos – os chamados contingentes especiais: entre M23 (com uma quota relativa de 5% a 20% extra números *clausus*); candidatos provenientes de cursos de vias profissionalizantes (até 15% de quota extra); outros como os que requerem a mudança de par instituição/curso e os titulares de outros cursos superiores (mais 20% de quota extra), para além de outros como os atletas de alta competição, os estudantes com deficiência e jovens provenientes de países de língua oficial portuguesa, equiparados para efeitos de pagamento de propinas a nacionais (10%).

Custos com propinas

Os custos com propinas pagos pelos próprios e por outros envolvem em média 50.9 euros por mês, com um desvio padrão associado de 78.4 euros/mês.

Quadro 5.27 - Despesas em propinas dos estudantes, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4440	–
<i>n ponderados</i>	4312	–
Média	50.9	Euros
Mediana	18.3	Euros
Desvio-padrão	78.4	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Estes custos tendem a ser agravados no subsistema universitário; nas instituições de maior dimensão (e prestígio nacional e internacional), localizadas em Lisboa; são também mais elevados nos cursos pós-graduados (mais especificamente de pós-graduação e mestrados), e em termos de áreas disciplinares, nas áreas com maior oferta no ensino superior privado, como as Ciências Sociais, Jornalismo e Informação, bem como Gestão, Administração e Direito.

Quadro 5.28- Despesas em propinas dos estudantes por grau do programa de estudos atual, por tipo de instituição de ensino superior, por densidade populacional da localização de estudo, por área de estudo, Fonte de rendimentos e proveniência do estudante (nacional ou internacional) (em euros/mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	110	173	33.9	11.7	37.9
	Licenciatura (1.º ciclo do ensino superior)	2452	2512	43.7	15.0	62.1
	Mestrado (2.º ciclo do ensino superior)	1027	920	72.9	25.4	112.2
	Mestrado integrado	811	666	47.4	15.0	69.5
	Pós-graduação	40	42	126.4	50.0	150.6
Tipo de instituição de ensino superior	Ensino universitário	3202	2761	55.9	21.7	84.5
	Ensino politécnico	1238	1552	42.2	16.7	65.2
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	539	612	37.5	16.7	41.2
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	2191	2240	44.9	16.7	70.4
	Capital (Lisboa)	1710	1460	65.9	32.9	97.4
Área de estudo	Educação	153	131	36.8	16.7	43.0
	Artes e Humanidades	574	454	39.1	16.7	53.1
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	729	488	57.3	28.3	77.7
	Gestão, Administração e Direito	861	1076	56.2	18.0	92.0
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	346	250	48.0	17.4	70.9
	Tecnologias de Informação e Comunicação	97	120	55.6	27.4	73.9
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	670	961	46.3	16.7	67.0
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	70	80	45.2	16.7	74.1
	Saúde e Bem-Estar	867	625	54.0	19.3	88.8
	Serviços	73	127	63.4	31.5	96.5
Fonte de rendimentos	Dependente da família	–	–	48.8	16.7	77.9
	Dependente de rendimento próprio	–	–	54.6	26.7	76.5
	Dependente de apoios públicos	–	–	38.0	15.0	58.9
	Outro	–	–	45.6	17.5	58.9
Proveniência (país onde estudou previamente)	Nacional	4089	3950	47.2	16.7	73.3
	Internacional	351	362	91.8	50.0	112.9

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Do ponto de vista das condições de vida dos estudantes, os custos com propinas tendem a ser, em termos médios, mais elevados no segmento dos estudantes que dependem do próprio rendimento. Como referido atrás, os custos com propinas são especialmente agravados para os estudantes internacionais que vêm para Portugal por iniciativa própria, não abrangidos por protocolos de intercâmbio com reciprocidade.

Outros custos relacionados com as atividades de estudo

Quadro 5.29 - Despesas em materiais de estudo, totais e pagas pelos estudantes e pagas diretamente por outros, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas por outros	Pagas pelos próprios e por outros	unidade
	Total	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	5100	5100	5100	
<i>n ponderados</i>	4924	4924	4924	
Média	15.7	8.3	24.0	Euros
Mediana	0.0	0.0	10.0	Euros
Desvio-padrão	34.4	30.1	44.3	Euros

Para uma boa parte dos estudantes, os custos com materiais de estudo, e também com outras atividades regulares relacionadas com o estudo, são relativamente residuais. A mediana destes custos é, na perceção dos próprios, de zero euros/mês, enquanto a média é de 15.7 euros/mês pagos pelos próprios estudantes e de 8.3 euros/mês pagos por outros, sendo 10 euros no conjunto destas modalidades de pagamento de despesa. Entre os que admitem ter gastos nesta componente é apesar de tudo notória alguma variabilidade de situações (o desvio padrão posiciona-se entre 30 euros e 44 euros, respetivamente face à média de gastos assumidos pelos próprios e por outros (sobretudo os pais).

A generalidade das Instituições de ensino superior em Portugal permite o acesso gratuito a publicações em repositório aberto (*open access*), bases de dados em linha e outros recursos, nomeadamente equipamentos e aplicações informáticos e Internet.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Totais, atividades relacionadas com o estudo

Custos totais com atividades relacionadas com o estudo estão, assim, fundamentalmente condicionados pelos valores das propinas. Em termos globais, os estudantes admitem despendem em média 75.4 euros/mês com as atividades de estudo. Por razões assinaladas, ligadas ao tipo de instituição (pública ou privada) e de grau de ensino frequentado (curso técnico superior nacional, licenciatura, mestrado e pós-graduações), a variabilidade de situações é relativamente elevada (o desvio padrão associado à média é de 93.6 euros)

Quadro 5.30- Despesas dos estudantes, custos totais com atividades de estudo, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4442	–
<i>n ponderados</i>	4314	–
Média	75.4	Euros
Mediana	45.0	Euros
Desvio-padrão	93.6	Euros

O peso relativo de custos com atividades de estudo no orçamento global de despesas mensais representa em média entre 12,1% (com um desvio padrão de 10,2%). Estas proporções tendem a ser ligeiramente mais elevadas nos cursos de mestrado e de pós-graduação.

Quadro 5.31- Peso relativo dos custos com atividades de estudo no montante global de despesas mensais, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	2393	–
<i>n ponderados</i>	2351	–
Média	12.1	%
Mediana	9.0	%
Desvio-padrão	10.2	%

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 5.32– Peso relativo de custos com atividades de estudo por grau do programa de estudos atual no montante orçamento global de despesas mensais, 2020/21 (1.º semestre) (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (%)	Mediana (%)	Desvio-padrão (%)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	48	68	10,7	6,4	9,8
	Licenciatura (1.º ciclo do ensino superior)	1276	1353	11,6	8,9	9,5
	Mestrado (2.º ciclo do ensino superior)	617	545	13,0	9,0	11,5
	Mestrado integrado	426	356	12,6	9,7	10,4
	Pós-graduação	26	29	15,8	9,4	13,3

Capítulo 6 Rendimentos e apoios públicos

Fontes de rendimentos dos estudantes

A caracterização das condições de vida dos estudantes do ensino superior decorre, em grande medida, da possibilidade de analisar o volume de rendimentos de que estes dispõem. Mais especificamente, implica examinar como é que se conjugam os seus recursos económicos e financeiros, na sua diversidade de fontes de rendimentos e nos montantes auferidos para fazerem face a essa sua condição de estudante.

Saliente-se, antes de mais, a importância dos rendimentos relativos às prestações das famílias enquanto suporte financeiro principal.¹¹

De facto, e à semelhança dos dados referentes às anteriores edições do Inquérito às condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior, a família foi e continua a ser a fonte de rendimento basilar. Com alguma distância, aparece em segundo lugar o trabalho remunerado.

Quadro 6.1– Rendimentos dos estudantes por fonte de rendimento, excluindo os apoios públicos e incluindo transferências em género ou intangíveis*), 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (euros)	Mediana (euros)	Desvio-padrão (euros)
Fonte de rendimentos	Família	5209	5047	361.3	202.4	454.0
	Rendimentos próprios do trabalho atual ou anterior	4690	4551	253.2	0.0	536.4
	Fontes não nacionais	4687	4546	2.0	0.0	35.3
	Outras fontes de rendimentos	4692	4553	43.5	0.0	141.2

*Nota: Na fonte de rendimentos incluem-se os rendimentos intangíveis (que se reportam às transferências em géneros ou a pagamentos realizados diretamente pelos pais). Por *família* entende-se os pais, o cônjuge e outros familiares diretos.

O montante mensal médio (incluindo transferências em espécie) fornecido pela família/parceiro é de 361 euros em média para o conjunto dos estudantes. Como referido, esta é a fonte de rendimentos mais relevante para os estudantes (aspeto sistematicamente verificado nos vários estudos realizados, Martins e outros, 2005 e 2007; Martins e outros 2018).

Ainda assim, o montante médio (em euros/mês) proveniente desta fonte é inferior ao da última ronda do EUROSTUDENT. Esta diminuição pode ser já um sintoma da perda de rendimentos das famílias portuguesas resultante da crise pandémica. A

¹¹ Neste capítulo será utilizada como medida primordial para os rendimentos auferidos pelos estudantes os montantes em euros médios por mês. O que poderá evidenciar diferenças para as publicações ou documentos do Projeto Europeu, onde essencialmente se vai tomar por referência os rendimentos em paridade do poder de compra.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



variação de acordo com a escolaridade dos pais é, por exemplo, relativamente expressiva das possibilidades dos apoios prestados: os filhos de pais com baixa escolaridade (0-2 ISCED) recebem em média da família (incluindo as transferências em espécie/género) 260 euros por mês; enquanto os pais com educação superior (6-8 ISCED) fornecem mensalmente aos seus filhos estudantes o equivalente a 452 euros.

Segue-se em termos de relevância os rendimentos do trabalho, aqui perspetivados para o conjunto dos estudantes inquiridos (em média de 353 euros por mês para o conjunto dos estudantes).

Os rendimentos provenientes da família e do trabalho

A grande maioria dos estudantes são destinatários de rendimentos das suas famílias (79,6%). Apesar de muito expressivo, este valor é relativamente mais baixo do que o verificado no último Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior 2017 (menos 10 pontos percentuais).

Quadro 6.2- Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	2020/21 (1.º semestre)		2016/17 (2.º semestre)	
	(%)	(n)	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	–	5209	–	4236
<i>n ponderados</i>	–	5047	–	4363
Estudantes destinatários de rendimentos das suas famílias	79,6	4018	90,1	3930
Estudantes que não são destinatários de rendimentos das suas famílias	20,4	1029	9,9	433

Este valor é relativamente inferior para aqueles que revelam maiores atrasos nas suas trajetórias escolares de entrada no ensino superior (48%). Por outro lado, os que vivem com os pais reforçam a percentagem daqueles que são abrangidos pelos rendimentos provenientes das famílias (84%), bem como os filhos de pais mais qualificados (89%) (ver quadro 6.3).

Como seria de esperar, os que vivem com os pais são quase todos eles beneficiários de apoios familiares (84%). Apesar de a família continuar a ser muito relevante também para os estudantes portugueses que não vivem com os pais, são menos os apoiados por esta fonte neste segmento (75%).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 6.3- Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família por contexto de residência, trajetórias escolares e escolaridade dos pais, 2020/21 (1.º semestre) (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Estudantes destinatários de rendimentos das suas famílias	Estudantes que não são destinatários de rendimentos das suas famílias
				(%)	(%)
Contexto de residência	Estudantes que vivem com os pais	2675	2557	84,1	15,9
	Estudantes que não vivem com os pais	2534	2490	75,0	25,0
Trajetórias escolares de acesso ao ensino superior	Diretas	4769	4509	83,4	16,6
	Com atraso/indiretas	429	527	47,6	52,4
Escolaridade dos pais	Pais com ensino superior	2251	2011	89,0	11,0
	Pais sem ensino superior	2892	2971	73,9	26,1
	Não sabe	22	22	66,4	33,6

Quadro 6.4 - Rendimento total dos estudantes que são beneficiários de rendimentos da família, rendimento obtido através da família, (em euros por mês)

	Rendimento total	Rendimento obtido através da família
<i>n não ponderados</i>	4225	4292
<i>n ponderados</i>	3946	4018
	(euros)	(euros)
Média	630.2	453.8
Mediana	475.0	311.7
Desvio-padrão	612.7	465.8

O rendimento total médio por mês dos estudantes do ensino superior presentes na amostra, que recebem apoio das famílias, é de 630 euros por mês e destes 453 euros têm origem na família. O desvio padrão dá bem conta da amplitude de situações encontradas e das distintas disponibilidades das famílias para apoiarem as condições de vida e estudo dos seus filhos.

Os estudantes com atividade remunerada auferem em média 943 euros de rendimentos mensal (o rendimento médio do trabalho é de 649.9 euros). Para este segmento de estudantes a percentagem do rendimento da atividade remunerada é

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

de 81%, tornando-se mais revelante face aquilo que os estudantes que auferem rendimentos do trabalho declararam no anterior Inquérito.

Quadro 6.5 - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho atual dos estudantes que trabalham, percentagem do rendimento obtido através do trabalho atual no rendimento total e rendimento obtido através da família dos estudantes que trabalham, 2020/21 (1.º semestre) (em euros e % por mês)

	Rendimento total	Rendimento obtido através do trabalho	Percentagem do rendimento obtido através do trabalho atual no rendimento total	Rendimento obtido através da família
<i>n não ponderados</i>	1429	1419	1398	1661
<i>n ponderados</i>	1549	1543	1517	1661
	(euros)	(euros)	(%)	(euros)
Média	943.0	649.9	81,3	243.97
Mediana	800.0	600.0	76,0	50.0
Desvio-padrão	745.3	668.3	275,8	422.53

Quadro 6.6- Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais –rendimento obtido através do trabalho, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Rendimento obtido através do trabalho
<i>n não ponderados</i>	620
<i>n ponderados</i>	656
	(euros/mês)
Média	514.7
Mediana	400.0
Desvio-padrão	607.4

Quadro 6.7 - Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - rendimento obtido através do trabalho, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Rendimento obtido através do trabalho
<i>n não ponderados</i>	799
<i>n ponderados</i>	887
	(euros/mês)
Média	750.0
Mediana	694.8
Desvio-padrão	693.5



A média do rendimento obtido através do trabalho remunerado daqueles que já não vivem com os pais é de 750 euros mensais. Valores mais relevantes para estes estudantes do que para os que ainda vivem com os pais (em média 515 euros mensais). Tal é expectável e consonante com uma atividade laboral que serve para dar resposta a um conjunto de exigências quotidianas de quem já iniciou um percurso de autonomização face à família de origem, na comparação com aqueles que ainda permanecem a viver com os pais e cujo rendimento da atividade remunerada serve muitas vezes para complementar um conjunto de recursos de apoio aos custos da vida corrente e da situação de estudante.

Apoios públicos do Estado

A captação dos apoios públicos aos estudantes através do presente Inquérito, num ano tão difícil e de grande instabilidade para as instituições e seus alunos, acabou por ser relativamente limitada. Apesar de ter sido realizado o conjunto de perguntas relativas aos rendimentos dos estudantes, incluindo as respeitantes aos apoios públicos, o facto do inquérito ter sido realizado em novembro e dezembro de 2020, não permitiu que os rendimentos vindos do estado fossem cabalmente reportados.¹² A candidatura a bolsas e apoios para estudantes decorre durante o ano letivo o que, tendo sido o inquérito realizado no 1.º semestre, é provável que se tenha subestimado a proporção de bolseiros e o impacto efetivo deste tipo rendimento no conjunto dos rendimentos.

Saliente-se, contudo, que a maior parte dos processos para requerimento de bolsa de estudo (98%) são realizados até à altura do ano letivo em que o Inquérito foi implementado, mas com tempos variáveis face ao usufruto do benefício por parte do estudante.

¹² Foi determinada esta altura porque durante este período (1.º semestre do ano letivo de 2020/21) a maior parte das instituições do ensino superior pôde regressar às aulas presenciais e, portanto, havia possibilidade de os estudantes se pronunciarem nessa altura sobre os recursos e condições de vida mais próximas da sua situação e quotidiano de estudante do ensino superior.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

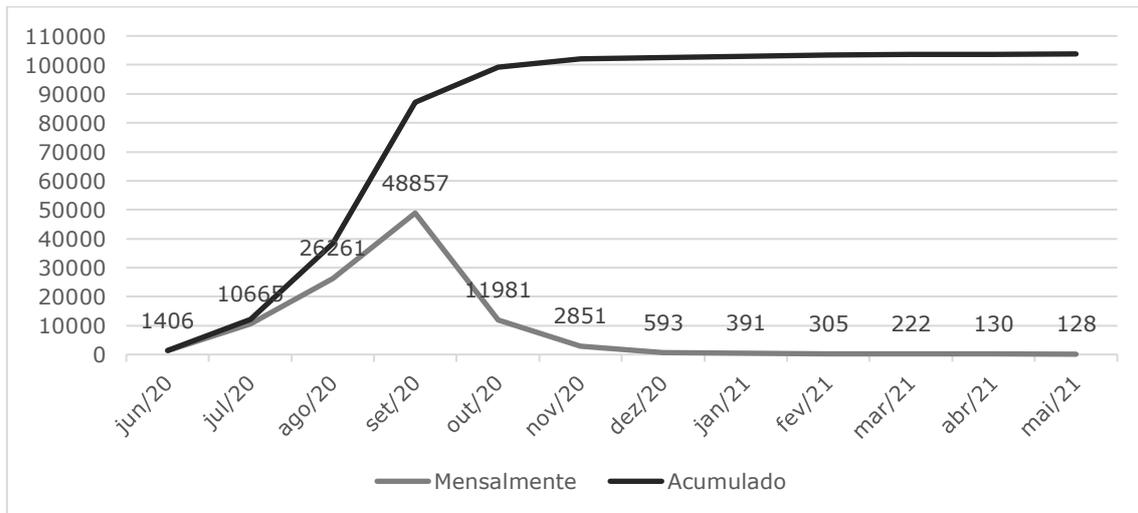


Figura 6.1 - Submissões de requerimentos de bolsas de estudo (a 1 de junho de 2021)

Fonte: DGES, informação consultada em junho de 2021.¹³

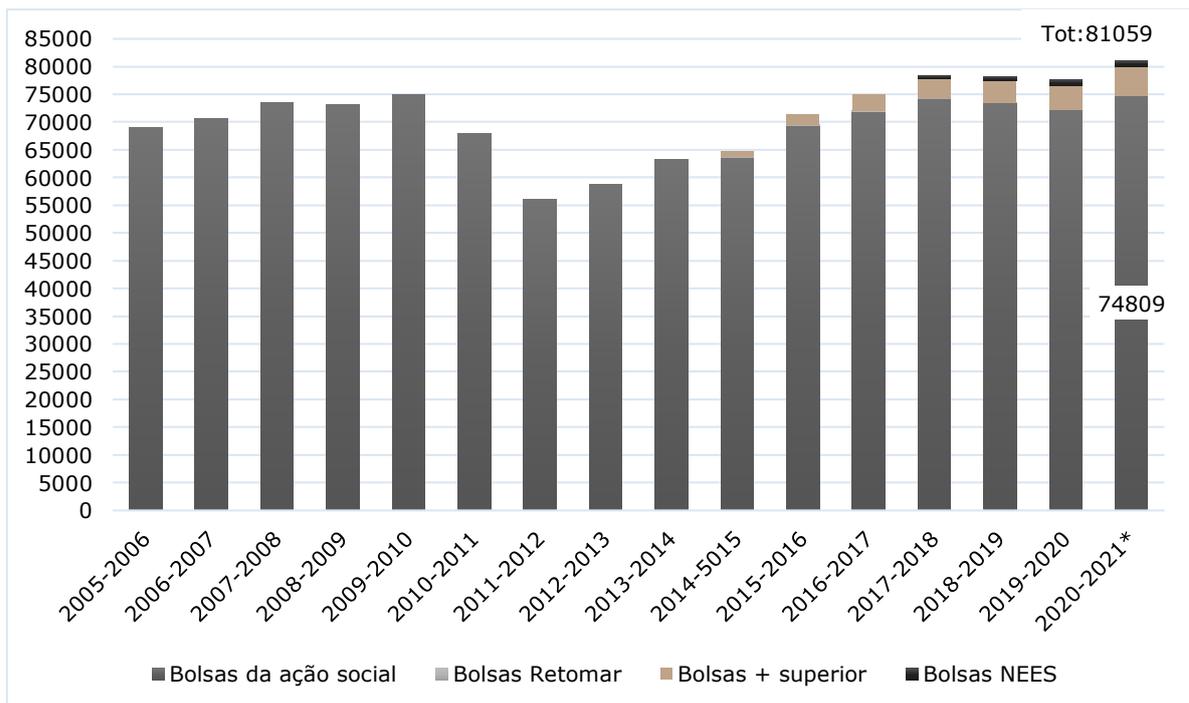


Figura 6.2 – Evolução do número de bolsas atribuídas no âmbito da ação social do ensino superior

Nota: * Dados registados até 9 de abril. Fonte: DGES, informação consultada em junho de 2021.¹⁴

¹³ Informação consultada com a ligação <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/informacao-estatistica-bolsas-de-estudo-para-estudantes-do-ensino-superior?plid=373>.

¹⁴ Informação consultada com a ligação <https://www.dges.gov.pt/pt/noticia/numero-de-bolseiros-do-ensino-superior-cresce-4-e-atinge-75-mil-estudantes-programa-superior>.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Assim, no que diz respeito aos apoios em modalidade de bolsa (mesmo que apoiando segmentos diferenciados de estudantes), é possível saber já, de forma aproximada e através do número de estudantes que se inscreveu no 1.º semestre de 2020/2021 (DGEEC, 2021, excluindo os estudantes do 3º ciclo), que estas atribuições têm uma cobertura de 21,4% (e que talvez possam chegar aos 22%).

Como se pode observar na figura 6.2, houve um importante aumento do número bolsas, que só não foi mais expressivo em termos percentuais devido ao aumento do número de inscritos no ensino superior no último ano (2020/21).

Parte deste aumento de bolsas tem a ver com um conjunto de medidas políticas para fazer face aos efeitos negativos da pandemia nas condições de vida dos estudantes do ensino superior, mas também com o alargamento da base social dos apoios no Ensino Superior, tendo-se ampliado o limiar de elegibilidade para atribuição de bolsa. Algumas dessas medidas vêm plasmadas nas alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo que permitiram acelerar e melhorar as condições de acesso às bolsas.¹⁵

Quadro 6.8 – Rendimentos dos estudantes destinatários de apoios públicos e o montante dos apoios públicos, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Rendimentos dos estudantes que recebem apoios públicos	Apoios públicos aos estudantes	unidade
Média	592.3	183.3	Euros
Mediana	462.5	100.0	Euros
Desvio-padrão	475.7	184.9	Euros

O montante médio de rendimentos por mês dos estudantes beneficiários dos apoios diretos do estado é de 592 euros (mais de 50% auferem 462 euros mensais) e destes o montante médio dos apoios públicos é de 183 euros mensais (mas 50% destes

¹⁵ Tal como vem no sítio da DGES (<https://www.dges.gov.pt/pt/noticia/numero-de-bolseiros-do-ensino-superior-cresce-4-e-atinge-75-mil-estudantes-programa-superior>):

- Renovação automática para os estudantes bolseiros no ano anterior que mantiveram cumpriram os critérios de aproveitamento e não tiveram um aumento dos rendimentos do agregado familiar superior a 10%;
- Possibilidade de serem considerados os rendimentos do agregado dos 12 meses anteriores ao requerimento de bolsa ou os rendimentos do ano de 2020 (à partida, os mais afetados pela situação de pandemia), quando da revisão do valor de bolsa após requerimento dos estudantes;
- Contabilização do n.º de ECTS que o estudante pôde efetivamente frequentar e ser avaliado em 2019-2020, em vez da totalidade em que se encontrava inscrito inicialmente, designadamente para efeitos de atribuição de bolsa em 2020-2021;
- Revisão das condições de aproveitamento e consideração de um n.º de ECTS inferior ao mínimo estabelecido (até 6 ECTS de tolerância), sempre que o estudante demonstre ter existido uma quebra significativa do seu aproveitamento face a anos anteriores por força das circunstâncias particulares do contexto da pandemia em curso.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



beneficia apenas de 100 euros). Também neste segmento houve perdas de rendimentos face ao anterior Inquérito, tornando-se ainda mais vulnerável num contexto de crise pandémica.

Quadro 6.9 – Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais e que recebem apoios públicos, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais e que recebem apoios públicos	Apoios públicos aos estudantes	unidade
Média	580.4	179.2	Euros
Mediana	397.3	90.0	Euros
Desvio-padrão	537.5	197.2	Euros

Quadro 6.10 – Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e que recebem apoios públicos, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e que recebem apoios públicos	Apoios públicos aos estudantes	unidade
Média	603.4	187.1	Euros
Mediana	490.0	126.9	Euros
Desvio-padrão	410.3	172.9	Euros

Os estudantes que ainda vivem com os pais têm menores rendimentos, estando as suas condições de vida mais dependentes daqueles e dos seus contextos e recursos. Neste segmento, o montante médio proveniente dos apoios públicos também é inferior.

A distribuição média, relativamente mais baixa, deste rendimento da família mostra que os estudantes diretamente apoiados pelo Estado recebem uma contribuição menor da família (287 euros mensais), muito diferente dos estudantes que não recebem apoio público (411 euros mensais).

Rendimentos gerais e desigualdades de recursos

Os rendimentos dos estudantes abrangidos por este inquérito expressam uma estrutura social nacional caracterizada por forte desigualdade.

A desigualdade entre os estudantes pode ter-se aprofundado no contexto da crise pandémica. Os dados devem ser lidos, ainda assim, com muita cautela, uma vez que alguns dos estudantes ainda não estavam abrangidos por nenhum apoio direto do Estado (principalmente às bolsas de ação social), sabendo que estes instrumentos têm um efeito equalizador muito importante nas suas condições de vida (como já tinha sido verificado noutros inquéritos).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



A desigualdade média, medida pelo coeficiente de Gini, é relativamente elevada entre os estudantes (o seu valor é 0,44). De acordo com os dados nacionais do Inquérito ao Emprego, este valor é de 0,55, antes da atribuição das prestações sociais, e de 0,32 em relação ao rendimento disponível das famílias (2019 para a população em geral). Embora estes indicadores não sejam estritamente comparáveis (tendo em conta a sua definição), a desigualdade parece ser mais acentuada entre os estudantes (mesmo prevendo que existe uma pequena parte que na altura de implementação do Inquérito possam ainda não ter requerido uma bolsa ou outra prestação social, nomeadamente de apoio à sua condição de estudante).

Quadro 6.11 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais (incluindo transferências em género) dos estudantes do ensino superior, 2020/21 (1.º semestre) (em euros por mês)

	Máximo rendimento (euros)	Média de rendimentos (euros)	Percentagem do rendimento total	Percentagem acumulada do rendimento total
1.º decil	110.00	59.31	1	1
2.º decil	200.00	150.03	2	3
3.º decil	300.00	246.87	4	7
4.º decil	405.00	353.90	5	12
5.º decil	519.00	466.08	7	19
6.º decil	650.00	584.44	9	28
7.º decil	800.00	732.68	11	38
8.º decil	1000.00	901.57	13	52
9.º decil	1386.67	1146.00	17	69
10.º decil	7707.33	2105.28	31	100
Total	-	-	100	-

Nota: Esta distribuição em decis foi calculada no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

Quadro 6.12 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.44
Rendimento dos 20 mais pobres/com menos rendimentos	200.00
S80/S20	15.51

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

O rendimento total recebido pelo segmento dos 20% com mais rendimentos é quase de 16 vezes maior do que os auferidos pelos 20% com menores rendimentos (quadro 6.12). Em termos nacionais esse valor é de 5,2 (Eurostat, 2019), correspondente a um ano prévio à pandemia.

Para aqueles que não vivem com os pais esta desigualdade é substancialmente menor, em muitos casos com estudantes a completarem os seus rendimentos com

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



honorários do trabalho. Os que vivem com os pais configuram situações muito diversas, a maioria de grande dependência da família e tendo uma condição que ainda não se traduz numa transição plena para a vida adulta, expressando-se em parâmetros de grande desigualdade de rendimentos, mas também em oportunidades que explicam tais amplitudes de rendimentos.

Quadro 6.13 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que não vivem com os pais (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.37
Rendimento dos 20 mais pobres/com menos rendimentos	350.00
S80/S20	7.7

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

Quadro 6.14 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que vivem com os pais (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.51
Rendimento dos 20 mais pobres/com menos rendimentos	120.00
S80/S20	21.97

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

CAPÍTULO 7 Emprego e orçamento de tempos

A forma como os estudantes usam o seu tempo é uma dimensão muito importante para a análise das suas condições de vida e de estudo.

Os estudantes portugueses dedicam, em média, cerca de 48.1 horas do seu tempo semanal em atividades letivas e estudo pessoal e em trabalho remunerado (o valor da mediana é de 47 horas/semana), com uma dispersão associada de 16.6 horas. Trata-se aqui de um conjunto muito diversificado de atividades que, no seu conjunto, têm um peso muito substancial na vida dos estudantes.

Quadro 7.1 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado, 2020/21 (1.º semestre) (em horas por semana)

	Todos os estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	5418	–
<i>n ponderados</i>	5198	–
Média	48.1	Horas
Mediana	47.0	Horas
Desvio-padrão	16.6	Horas

No total dos estudantes, o tempo semanal dedicado a atividades letivas e de estudo autónomo apresenta alguma variação, nomeadamente em função de características ligadas à área de estudos e tipo de qualificação.

Os estudantes inscritos em cursos de mestrado integrado, durante o período de aulas, dedicam em média 46 horas em atividades relacionadas com o estudo (mais cerca de 13 horas, em média, do que os seus colegas inscritos em cursos de mestrado). No que concerne à área de estudos, os estudantes com maior dedicação de tempo em atividades relacionadas com o estudo são de saúde e bem-estar (média 47.0 h; mediana 48.0h, com um desvio padrão associado de 14.6h). Ainda tomando como foco a área de educação/formação, os estudantes que declaram menos horas de dedicação a estas atividades frequentam cursos das áreas de Educação (média 34.6 horas; mediana 34 horas/mês); Serviços (em média 37 horas/mês; mediana 36 horas/mês).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 7.2 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades relacionadas com o estudo por tipo de qualificação e por área de estudo (em horas por semana)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (horas)	Mediana (horas)	Desvio-padrão (horas)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	139	226	35.5	33.0	11.6
	Licenciatura (1.º ciclo do ensino superior)	3161	3153	41.7	41.0	13.8
	Mestrado (2.º ciclo do ensino superior)	1114	988	33.3	31.0	14.0
	Mestrado integrado	994	819	46.0	46.0	14.1
	Pós-graduação	40	40	27.0	24.4	13.1
Área de estudo (CITE 2013)	Educação	191	162	34.6	34.0	14.2
	Artes e Humanidades	747	566	39.5	38.0	13.9
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	915	616	37.8	36.0	13.8
	Gestão, Administração e Direito	1044	1280	38.8	38.0	13.5
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	440	319	43.3	43.0	14.8
	Tecnologias de Informação e Comunicação	119	153	37.7	34.0	14.3
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	833	1188	40.8	40.0	14.4
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	90	111	41.7	42.7	14.9
	Saúde e Bem-Estar	983	682	47.0	48.0	14.6
Serviços	86	149	37.0	36.0	14.4	

No total de estudantes 83,9% do total de tempo é dedicado a atividades relacionadas com o estudo. Dando conta da prevalência de “estudantes a tempo inteiro”, ou seja, que não conciliam estudo e trabalho.

Quadro 7.3 –Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (%)

	Todos os estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	5448	<i>n</i>
<i>n ponderados</i>	5227	<i>n</i>
Média	83,9	%

A análise do peso relativo das atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo durante a semana em período letivo (em horas), confirma padrões já assinalados atrás: os estudantes que frequentam cursos das áreas de Agricultura,

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Silvicultura, Pescas e Veterinária; de Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas bem como de Saúde e Bem-estar têm, em termos médios, maior dedicação de tempo nas atividades relacionadas com os seus estudos (perto de 90% do seu tempo).

Os estudantes com maior intensidade de envolvimento no mercado de trabalho têm menos disponibilidade de tempo para as atividades relacionadas com o estudo (às quais dedicam 45,6% do seu tempo). Em sentido inverso, a menor dedicação a atividades económicas está associada a maior disponibilidade de tempo para o estudo: entre os estudantes que dedicam entre 1 hora a 20 horas ao trabalho remunerado, o peso relativo de tempo disponibilizado para atividades de estudo sobe para 77,3%.

Quadro 7.4 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por área de estudo (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Peso relativo (%)
Área de estudo (CITE 2013)	Educação	191	162	73,0
	Artes e Humanidades	747	566	86,0
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	915	616	81,8
	Gestão, Administração e Direito	1044	1280	80,2
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	440	319	89,3
	Tecnologias de Informação e Comunicação	119	153	79,9
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	833	1188	85,2
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	90	111	89,4
	Saúde e Bem-Estar	983	682	88,8
	Serviços	86	149	82,7

Quadro 7.5 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo dos estudantes do ensino superior (categorizado) por intensidade de envolvimento em atividade económica (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	<i>Peso relativo (%)</i>
Atividade económica	0h	4003	3674	100,0
	1-20h por semana	618	639	77,3
	>20h por semana	809	901	45,6

Refletindo a pouca expressão de estudantes que conciliam atividades de estudo e de trabalho, no todo de estudantes (incluindo estudantes que não exercem qualquer atividade económica), a mediana da distribuição relativa ao número de horas

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



dedicadas a trabalho remunerado é de 0 horas/semana; sendo a média 8.3 horas, com um desvio padrão associado de 15.0 horas.

Quadro 7.6 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham), 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)

	Todos os estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	6146	<i>n</i>
<i>n ponderados</i>	5889	<i>n</i>
Média	8.3	Horas
Mediana	0.0	Horas
Desvio-padrão	15.0	Horas

A análise deste indicador segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos permite observar que no segmento relativo aos estudantes a tempo parcial a mediana passa a 35 horas por semana, enquanto a média é de 28.2 horas, com uma dispersão associada ainda muito expressiva de 17.1 horas.

A mesma tendência é ainda reforçada no segmento de estudantes com dedicação ao trabalho acima das 20h por semana – (entre os quais a mediana recai nas 40h/semana, e a média nas 38.0 horas, com um desvio padrão associado de 8.0 horas/semana).

Quadro 7.7 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)

	Estudantes a tempo inteiro	Estudantes a tempo parcial
<i>n não ponderados</i>	5373	773
<i>n ponderados</i>	5032	857
Média	4.9	28.2
Mediana	0.0	35.0
Desvio-padrão	11.6	17.1

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 7.8 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) por intensidade de envolvimento em atividade económica, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)

	Atividade económica					
	0h	1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
<i>n não ponderados</i>	4516	138	205	110	229	948
<i>n ponderados</i>	4121	148	214	104	239	1064
Média	0.0	3.5	8.1	13.5	19.1	38.0
Mediana	0.0	4.0	8.0	14.0	20.0	40.0
Desvio-padrão	0.0	1.2	1.5	1.5	1.6	8.0

No quadro 7.9, considerando o segmento de estudantes com algum tipo de afetação a trabalho remunerado (pelo menos 1hora semana) por escalões de horas dedicados á atividade económica remunerada, verificamos que a maioria dos estudantes que trabalham a tempo parcial com uma dedicação de 16h-20h por semana (55,7%) gostaria de manter a afetação de tempo que dedicam ao trabalho. No segmento que trabalha acima de 20 horas por semana, encontramos um maior peso dos que gostariam de dedicar menos tempo a essa atividade (43,5%) e também uma expressão relevante dos que gostariam de manter a situação de dedicação que têm atualmente.

Quadro 7.9 – Estudantes que gostariam de despende mais tempo com o trabalho no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica remunerada durante o período letivo em áreas relacionadas com os estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Atividade económica remunerada				
	1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
<i>n não ponderados</i>	36	64	30	47	451
<i>n ponderados</i>	40	74	27	53	538
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Menos	0,0	11,8	19,1	21,7	43,5
A mesma	44,1	45,7	35,0	55,7	40,4
Mais	55,9	42,5	45,9	22,5	16,1

Nota: Foi perguntado aos estudantes se gostariam de despende mais tempo em atividades relacionadas com o estudo

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 7.10 – Estudantes que gostariam de despendar mais tempo com o trabalho no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica remunerada durante o período letivo em áreas não relacionadas com os estudos, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Atividade económica remunerada				
	1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
<i>n não ponderados</i>	82	110	56	164	341
<i>n ponderados</i>	89	108	55	169	351
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Menos	5,9	20,2	13,3	23,4	50,9
A mesma	35,0	39,9	45,8	39,2	33,2
Mais	59,1	39,9	40,9	37,4	15,9

Nota: Foi perguntado aos estudantes se gostariam de despendar mais tempo em atividades relacionadas com o estudo

Para os estudantes que têm uma atividade remunerada não relacionada com estudos, e sobretudo aqueles que têm um trabalho relativamente marginal do ponto de vista das horas despendidas (59,1%), gostariam de despendar mais horas com o trabalho remunerado. Por outro lado, a maioria gostaria de despendar menos em atividades laborais quando trabalha mais do que 20 horas semanais.

Representam 69,5% os estudantes que declaram não exercer qualquer atividade económica durante o período letivo. Tal preponderância de estudantes a tempo inteiro no sistema educativo em Portugal reflete a persistência de um perfil estudantil que vive sob dependência da família de origem, num contexto cultural que continua a dissociar atividades de estudo e de trabalho. Este padrão de orientações culturais ajuda-nos a interpretar os dados apresentados anteriormente, segundo os quais os estudantes com baixa afetação a atividades remuneradas gostariam de poder ter uma maior dedicação ao trabalho.

Em contrapartida, apenas pouco mais de um quinto dos estudantes (22,5%) afirma exercer trabalho remunerado regularmente durante todo o período letivo; sendo de 7,9% os que o fazem de forma mais ocasional.

Quadro 7.11- Estudantes do ensino superior por condição perante a atividade económica ao longo do período letivo, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Neste semestre exerce alguma atividade remunerada? (%)	Neste semestre exerce alguma atividade remunerada? (n)
<i>n não ponderados</i>	–	6180
<i>n ponderados</i>	–	5918
Sim, trabalho regularmente durante todo o período letivo	22,5	1334
Sim, trabalho ocasionalmente durante o período letivo	7,9	470
Não, não trabalho no período letivo	69,5	4114

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Em Portugal qualquer estudante com envolvimento laboral com duração igual ou superior a seis meses pode solicitar no início de cada ano letivo a atribuição do estatuto de trabalhador-estudante (Art.º 39º do Código de Trabalho). Este estatuto define regras específicas relacionadas com a conciliação das atividades de estudo e de trabalho, nomeadamente a possibilidade de dispensa de trabalho para frequência de aulas e prestação de provas de avaliação. A renovação deste estatuto uma vez concluído o 1.º ano escolar está dependente do aproveitamento escolar no ano anterior. Frequentemente, estes estudantes são orientados para a frequência do plano de estudo em regime de tempo parcial, o que permite atenuar o esforço investido para obter aproveitamento e ao mesmo tempo permite ao estudante usufruir de um desconto significativo nas propinas. Alguns estabelecimentos têm oferta de ensino em regime pós-laboral, esta oferta, contudo não abrange todo o sistema, nem todos os cursos, sendo um fator limitativo da possibilidade de conciliação entre estudo e trabalho.

Este retrato relativo ao tempo despendido pelos estudantes na atividade remunerada altera-se quando focamos apenas os estudantes que trabalham ao longo de todo o período letivo. Neste caso, nos 50% da distribuição a dedicação ao trabalho é de 35 horas/semana; enquanto a média semanal ronda as 32.2 horas desvio padrão 13.0).

Quadro 7.12 - Estudantes do ensino superior que trabalham ao longo de todo o período letivo segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	1200	<i>n</i>
<i>n ponderados</i>	1326	<i>n</i>
Média	32.2	horas
Mediana	35.0	horas
Desvio-padrão	13.0	horas

Embora o peso de estudantes que declaram trabalhar durante o período letivo seja relativamente modesto, constata-se que a esmagadora maioria do segmento que concilia estudos e trabalho tem um envolvimento na atividade laboral muito intenso. Com efeito, o escalonamento do segmento que exerce algum tipo de atividade económica por horas de dedicação semanal ao trabalho, confirma que os estudantes posicionados no escalão acima das 20 horas/semana exercem a sua atividade de trabalho. Sobretudo, num regime de dedicação a tempo inteiro: nos 50% da distribuição o tempo de trabalho semanal ronda as 40 horas, enquanto a média de horas neste segmento é de 38h por semana (desvio padrão 8h/semana).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 7.13- Estudantes do ensino superior segundo o tempo médio por semana despendido com a atividade remunerada, 2020/21 (1.º semestre) (em horas semanais)

	Atividade económica					
	0h	1-5h por semana	6-10h por semana	11-15h por semana	16-20h por semana	>20h por semana
<i>n não ponderados</i>	4516	138	205	110	229	948
<i>n ponderados</i>	4121	148	214	104	239	1064
	Horas semanais					
Média	0.0	3.5	8.1	13.5	19.1	38.0
Mediana	0.0	4.0	8.0	14.0	20.0	40.0
Desvio-padrão	0.0	1.2	1.5	1.5	1.6	8.0

No segmento posicionado no escalão 16 horas a 20h semana, a maioria tende a dedicar 20 horas por semana ao trabalho remunerado (a média é 19.1 horas, a mediana é de 20 horas e o desvio padrão é 1,6 horas).

Quadro 7.14- Razões para o exercício de atividade remunerada, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Fazer face às despesas de manutenção	Adquirir experiência no mercado de trabalho	Sustentar os estudos	Apoiar financeiramente outros (familiares)
<i>n não ponderados</i>	1655	1647	1657	1656
<i>n ponderados</i>	1789	1781	1791	1791
Aplica-se totalmente	72,1	45,5	59,3	25,8
Aplica-se parcialmente	10,5	19,5	8,4	8,9
Não se aplica	17,4	35,0	32,3	65,3

Para o conjunto de estudantes, “fazer face às despesas de manutenção” é a razão mais importante para o exercer uma atividade remunerada (72,1% identificam-se com esta motivação). Tal motivação é reforçada (para 59,3%) pela perceção de que necessitam dessa fonte de rendimentos para “sustentar os estudos”. “Adquirir experiência no mercado de trabalho” é uma motivação que se aplica totalmente para 45.5% dos estudantes que conciliam atividades de estudo com trabalho remunerado. Destes representam 25,8% os que identificam, também, como motivação o facto de terem que apoiar financeiramente outros (familiares).

CAPÍTULO 8 Mobilidade e internacionalização

Comparativamente com o Inquérito da edição anterior (EUROSTUDENT VI - 2017), os dados recolhidos no ano letivo 2020/21 (1.º semestre) apresentam uma ligeiríssima diminuição na percentagem de estudantes (0,5p.p.) que indica ter tido algum tipo de experiência (estágios ou atividades relacionadas com os estudos) no estrangeiro. Tendo em conta o contexto pandémico, e destacando as restrições às viagens para o estrangeiro, o fecho das fronteiras, os confinamentos domiciliários obrigatórios, e mesmo atendendo a que estas circunstâncias só afetaram uma parte do período que medeia as duas operações de inquérito (entre 2016/17, 2.º semestre; e 2020/21, 1.º semestre), seria expectável que tal redução se verificasse.

Quadro 8.1 – Estudantes do ensino superior com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro (%)	estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro (n)
<i>n não ponderados</i>	–	6180
<i>n ponderados</i>	–	5918
Estudantes que tiveram atividade no estrangeiro	9,6	567
Estudantes que não tiveram atividade no estrangeiro	90,4	5351

No conjunto das saídas para efeitos de estudo no estrangeiro, é nos grupos de estudantes que desenvolvem ciclos de estudos de qualificação mais elevada, como as pós-graduações (25%) e os mestrados (21,8%), que essas atividades são mais frequentes. Pelo contrário, no grupo de estudantes que frequentam a licenciatura, a indicação de participação em atividades no estrangeiro atinge percentagens menores (5,6%). Torna-se relevante indicar o aumento de participação neste tipo de atividades, comparativamente com o ano de 2017 para os estudantes que frequentam Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CteSP) (aumento de 3,7 pontos percentuais) e para a sua redução entre os estudantes que frequentam cursos de mestrado integrado (redução de 6,3 pontos percentuais).

Embora se tenha registado um maior decréscimo (de 2,8 pontos percentuais) de participação em atividades no estrangeiro para estudantes cuja escolaridade dos pais atinge o ensino superior, é ainda neste grupo que a participação nas mesmas atividades é maior (12,7% contra 7,4% dos estudantes cujos pais não possuem graus de escolaridade equivalentes ao ensino superior).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Quadro 8.2 – Estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro por grau de escolaridade ao qual dará acesso o programa de estudos atual, e por escolaridade dos pais, 2020/21 (1.º semestre) (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Estudantes que tiveram atividade no estrangeiro (%)	Estudantes que não tiveram atividade no estrangeiro (%)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	157	260	8,6	91,4
	Licenciatura (1.º ciclo do ensino superior)	3576	3553	5,6	94,4
	Mestrado (2.º ciclo do ensino superior)	1272	1133	21,8	78,2
	Mestrado integrado	1127	923	9,4	90,6
	Pós-graduação	48	49	25,0	75,0
Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	3395	3460	7,4	92,6
	Com ensino superior	2700	2375	12,7	87,3
	Não sabe	33	32	0,0	100,0

De maneira geral, verificou-se um aumento das intenções de inscrição em formações no estrangeiro, tornando-se relevante referir um maior acréscimo para o grupo de estudantes que manifesta "intenções efetivas" de estudo no estrangeiro (com planeamento atual efetivo para estudar no estrangeiro) em 2020 (12,1% contra 5,5% em 2017). Ainda que, significando a maioria dos estudantes participantes na amostra (54,5%), é, em 2020, menor o grupo de estudantes que não pretende nem planeia estudar no estrangeiro (menos 12,2 pontos percentuais).

Quadro 8.3 – Intenções/planos dos estudantes para estudar no estrangeiro no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	—	5210
<i>n ponderados</i>	—	4998
Intenções para inscrição no estrangeiro	33,4	1671
A planear inscrição no estrangeiro	12,1	604
Sem intenções para inscrição no estrangeiro	54,5	2724

Analisando o perfil do conjunto de inquiridos que indicou participar em atividades no estrangeiro, é evidente que a grande maioria frequentava, à época, planos de estudo que equivaleriam à licenciatura (74%). Os inquiridos que estudavam em Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) constituíam o grupo menos representado neste tipo de atividades (1,6%). Se, relativamente a 2017, se verificou um aumento

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



de participação para estes dois grupos (0,6 p.p. para os CTeSP e 10,7p.p. para as licenciaturas), em contrapartida ocorreu uma diminuição para os grupos de estudantes a frequentar mestrados (1,5p.p.) e mestrados integrados (diminuição expressiva de 11,4p.p.).

Quadro 8.4 – Grau de escolaridade a que daria acesso o programa de estudos aquando da experiência no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Grau de escolaridade em desenvolvimento	
	(%)	(n)
n não ponderados	—	259
n ponderados	—	249
Curso Técnico Superior Nacional	1,6	4
Licenciatura (1.º ciclo do ensino superior)	74,0	184
Mestrado (2.º ciclo do ensino superior)	5,1	13
Mestrado integrado	16,8	42
Outro	4,5	11

Quanto a questões de financiamento para desenvolvimento de atividades no estrangeiro, verificou-se um aumento da abrangência dos apoios institucionais. Foram tornadas públicas as intenções governativas neste sentido. É maior, em 2020, o peso dos estudantes que referem usufruir de bolsas de estudo da União Europeia (aumento de 12,2 pontos percentuais face a 2017) e das bolsas que foram atribuídas no país de origem dos mesmos estudantes (aumento de 4,5 pontos percentuais).

Dentro dos apoios institucionais, o programa ERASMUS (91,9% dos apoios institucionais para atividades no estrangeiro) assume-se em 2020 com uma, ainda maior, relevância do que a que detinha em 2017 (aumento de 17,4 pontos percentuais). A uniformização, desburocratização e simplificação dos processos de candidatura e dos programas de apoio, a melhor cooperação entre instituições, parecem ter tido um papel no aumento dos níveis de acesso aos mesmos.

Ainda que, como referido anteriormente, tenha aumentado a percentagem de estudantes que usufrui de apoios institucionais para atividades no estrangeiro (bolsas atribuídas da União Europeia a beneficiarem 79,6% destes estudantes), as contribuições por parte da família continuam a representar o tipo de apoio que abrange maior percentagem de estudantes (88%), apresentando valores próximos dos de 2017 (86%) e traduzindo, mais uma vez, o esforço adicional exigido às famílias e a dependência do apoio das mesmas à vida estudantil. Cerca de metade (46,8%) dos estudantes refere que os rendimentos do trabalho representam uma fonte de financiamento para as atividades no estrangeiro. Tal evidencia que se trata de um conjunto de estudantes com perfil ligeiramente diferente no que toca à sua relação com o trabalho, quando comparado com o perfil geral da amostra. Um aumento de 7,5 pontos percentuais relativamente a 2017 pode, para além do aspeto mencionado anteriormente, refletir a diminuição geral da taxa de desemprego no

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



país (8,9% em 2017 e 6,8% em 2020)¹⁶. Se é verificável que aumentou, mesmo que de forma pouco relevante (0,2 pontos percentuais), a percentagem de estudantes (na amostra total do inquérito) que trabalham durante o ano letivo, teve maior peso (aumento de 7,5 pontos percentuais) a percentagem de estudantes que referiu os rendimentos do próprio trabalho como fonte de financiamento para atividades no estrangeiro (sendo este um perfil de estudantes que desenvolve atividades no estrangeiro com mais experiência de trabalho do que o perfil geral da amostra). As bolsas de estudo atribuídas no país de origem foram referidas por 19,8% dos estudantes como fonte de financiamento para atividades no estrangeiro, refletindo um aumento de 4,5 pontos percentuais comparativamente com os dados do ano 2017.

Quadro 8.5 – Tipo de enquadramento ou apoio institucional para desenvolvimento da atividade no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Enquadramento institucional (%)	Enquadramento institucional (n)
n não ponderados	–	257
n ponderados	–	247
ERASMUS	91,9	227
Outro programa da União Europeia	1,3	3
Outro programa	3,9	10
Organização independente, sem nenhum programa	2,8	7

Quadro 8.6 – Fontes de financiamento para atividade no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Fontes de financiamento para realização da atividade no estrangeiro (%)	Fontes de financiamento para realização da atividade no estrangeiro (n)
n não ponderados	–	290
n ponderados	–	278
Contribuições por parte da família	88,0	245
Rendimento próprio de trabalho anterior ou poupanças	46,8	130
Rendimento de trabalho próprio durante as atividades de estudo no estrangeiro	4,6	13
Bolsa de estudo no país de acolhimento	4,1	11
Bolsa de estudo no país de origem	19,8	55
Bolsa de estudo especial do país de origem para ir para o estrangeiro	3,8	11
Bolsa de estudo da UE	79,6	221
Outra	3,0	8

¹⁶ Dado do Inquérito ao Emprego (INE).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



Ainda que se verifique uma maior democratização e alargamento dos apoios institucionais, os obstáculos financeiros são aqueles que, destacadamente de todos os outros apresentados no quadro 8.6, são classificados com um grau de importância maior (74,4% referem ser obstáculo importante para o desenvolvimento de atividades no estrangeiro) pelos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional. O impacto que a "separação" da família desempenha ao constituir-se como obstáculo a atividades no estrangeiro pelo mesmo grupo de estudantes (os que não planeiam atividades no estrangeiro) reduz-se de forma muito relevante em 2020 (redução de 32,6 pontos percentuais face a 2017).

Quadro 8.7 – Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Obstáculo importante (%)	Obstáculo parcialmente importante (%)	Não é obstáculo (%)
Proficiência em línguas	2502	2567	27,4	15,4	57,2
Falta de informação cedida pela instituição de ensino	2461	2522	20,8	25,0	54,2
"Separação" da família	2423	2480	28,5	8,4	63,1
Obstáculos financeiros	2465	2527	74,4	13,1	12,5
Possível perda de emprego	2407	2461	35,7	7,9	56,4
Falta de motivação	2447	2503	24,0	25,0	51,0
Poucos benefícios para os estudos no país de origem	2429	2477	26,4	27,2	46,4
Pouca compatibilidade entre o programa de estudos dos países de origem e destino	2414	2472	25,9	28,2	46,0
Problemas com reconhecimento de resultados obtidos no estrangeiro	2407	2461	21,9	26,6	51,5
Problemas com acesso a autorizações de permanência no país de destino	2399	2451	26,2	24,0	49,8
Poucas vagas dos programas de mobilização	2391	2449	19,5	27,6	52,9
Problemas de saúde	2413	2469	8,0	7,8	84,2

A diminuição relativa da "proficiência em línguas estrangeiras", entendida enquanto obstáculo à mobilidade internacional (redução de 7,2 p.p.), parece refletir a crescente preparação dos mais jovens em relação a este aspeto. O aumento da percentagem de estudantes que indica muito bons conhecimentos em pelo menos 2 línguas (incluindo a sua língua nativa) aumentou 4,3 p.p. face a 2017 atingindo 55% das respostas dos estudantes. Os "problemas de saúde" continuam a ser indicados (pelos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional) como os que constituem menor obstáculo ao desenvolvimento das atividades anteriormente referidas (15,8% e, apenas 8% classificados como obstáculo importante), embora se registre um decréscimo de 0,9p.p. Apesar da condição geral de saúde da população e, mais concretamente, da população estudantil possa, naturalmente, ter reflexo neste indicador, os programas de apoio e promoção aos estudantes com

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



incapacidades, problemas de saúde prolongados ou limitações funcionais podem desempenhar e ter desempenhado um papel importante para a diminuição dos valores aqui representados como obstáculo.

O aumento do reconhecimento de créditos aquando das experiências no estrangeiro (80,3% em 2020 e 62,8% em 2017 dos estudantes indicam um completo reconhecimento dos créditos) amplia os níveis de recompensa no prosseguimento do plano de estudos dos estudantes, bem como, poderá estar a desempenhar um papel fundamental no aumento dos níveis de intenção de desenvolvimento de planos de mobilidade internacional (89,9% em 2017 e 54,5% em 2020 são as percentagens de estudantes sem qualquer intenção de desenvolvimento de atividades no estrangeiro).

Quadro 8.8– Mobilidade e internacionalização, reconhecimento de créditos aquando da realização de atividade no estrangeiro, 2020/21 (1.º semestre) (%)

	Reconhecimento de créditos (%)	Reconhecimento de créditos (n)
<i>n não ponderados</i>	–	258
<i>n ponderados</i>	–	248
Reconhecimento completo	80,3	199
Reconhecimento parcial	13,1	32
Sem reconhecimento	1,0	3
Não obteve créditos	2,4	6
Não sabe	0,4	1
Nunca planeou obter reconhecimento de créditos	2,8	7

Como notas finais, salientar ainda que os estudantes indicaram a família (51,5%) e os apoios institucionais da União Europeia (28,4%) como a sua fonte de rendimentos principal para o desenvolvimento de atividades no estrangeiro e desenvolveram as suas atividades principalmente em países como a Polónia (16,8%), Espanha (13,0%), Itália (9,3%), República Checa (8,4%) e Alemanha (6,5%), refletindo níveis de proximidade geográfica (Espanha e Itália) e escolhas que parecem ter em conta a proximidade possível com o nível médio de vida em Portugal (Espanha, Itália, Polónia e República Checa) e a proximidade cultural (Espanha e Itália).

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, José Luís Casanova, Susana da Cruz Martins, Rosário Mauritti, Patrícia Ávila, e Fernando Luís Machado (2003), *Diversidade na Universidade: Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo, e Ricardo Oliveira Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- Borges, Maria Leonor, Maria Helena Martins, Emílio Lucio-Villegas, e Teresa Gonçalves (2017), "Desafios institucionais à inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior", *Revista Portuguesa de Educação*, 2017, 30(2), pp. 7-31. doi:10.21814/rpe.10766
- Brooks, Rachel (2012), Student-parents and higher education: a cross-national comparison, *Journal of Education Policy*, 27:3, 423-439, DOI: 10.1080/02680939.2011.613598
- CHEPS e NIFU (2015), *Dropout and Completion in higher education in Europe. Main report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Comissão Europeia (2016), *3rd Policy Dialogue with Southern Mediterranean Countries on Higher Education – Report*, Bruxelas.
- Claeys-Kulik, A.-L., Jørgensen, T. E., & Stöber, H. (2019), *Diversity, Equity and Inclusion in European Higher Education Institutions: Results from the INVITED project*, Geneva, European University Association.
- Costa, António Firmino, João Teixeira Lopes, e Ana Caetano (orgs.) (2014), *Percursos de Estudantes no Ensino Superior: Fatores e Processos de Sucesso e Insucesso*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- DGEEC e Observatório dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES) (2020), *Estudantes à saída do Secundário em 2018/2019*, Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
- Gil, Paulo D., Susana da Cruz Martins, Sérgio Moro e Joana Costa (2020), "A data-driven approach to predict first-year students' academic success in Higher Education Institutions", *Education and Information Technologies*, 26, 2165–2190 (2021). <https://doi.org/10.1007/s10639-020-10346-6>.
- GTAEDDES (2017), *Directório dos Serviços de Apoio para Estudantes com Deficiência no Ensino Superior* (edição 2016) – <http://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>.
- Hauschildt, Kristina, Eva Vogtle, e Christoph Gwosć (2018), *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe, EUROSTUDENT VI2016-2018 (Synopsis of Indicators)*, Bielefeld, German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



- Homem, A.P.B., J. Mourato, P. Dominginhos (2017), *Parecer. Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior*, CNE, Jan, 2017, em: http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Parecer_EstudantesNEEEEnsino_Superior.pdf.
- Martins, Susana da Cruz (2012), *Escolas e Estudantes da Europa: Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Martins, Susana da Cruz (2015), "A abertura do ensino superior à diversidade de públicos: políticas e orientações", Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp. 735-756.
- Martins, Susana da Cruz (2020), "Alargamento Social e Condições de Vida Dos Estudantes do Ensino Superior: Portugal e o contexto europeu", em A.J. Barbosa de Oliveira, E. R. Pereira e R. Mauritti (Ed.), *Práticas Inovadoras em Gestão Universitária: Interfaces entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: UFRJ e Iscte.
- Martins, Susana da Cruz, Carvalho, Helena, Ávila, Patrícia & Costa, António Firmino da (2017), "Policies for widening participation and success factors in Portuguese higher education", *Creative Education*, 8 (2), 210-230. (DOI: 10.4236/ce.2017.82018), <https://www.scirp.org/Journal/PaperInformation.aspx?PaperID=74090>.
- Martins, Susana da Cruz, e Alexandra Duarte (2015), "As políticas de internacionalização e mobilidade no ensino superior: o Programa Erasmus e outras iniciativas", em Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.
- Martins, Susana da Cruz e Rosário Mauritti (2011), "Ficar na casa dos pais. Contextos residenciais e familiares dos estudantes do ensino superior", em Colóquio Olhares sobre os jovens em Portugal: Saberes, Políticas, Acções, ICS-UL, Lisboa (<http://www.cies.iscte.pt/getFile.jsp?id=201>).
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, Bernardo Machado, e António Firmino da Costa (2018), *Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, CIES-Iscte.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da costa (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2008), *Estudantes do Ensino Superior: Inquérito às Condições Socioeconómicas*, 2007, em Coleção Temas e Estudos de Acção Social (vol. 7), Lisboa, DGES/MCTES.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

- Mauritti, Rosário, e Susana da Cruz Martins (2007), "Estudantes do ensino superior: origens e contextos sociais", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Oeiras, Celta Editora, pp. 85-101.
- Murdoch, Jake, Christine Guégnard, Dorit Griga, Maarten Koomen, and Christian Imdorf (2016), "How Do Second-Generation Immigrant Students Access Higher Education? The Importance of Vocational Routes to Higher Education in Switzerland, France, and Germany", *Swiss Journal of Sociology*, 42 (2), pp. 245–263.
- Oliveira, António J. Barbosa de, Eliane R. Pereira e Rosário Mauritti (Ed.), *Práticas Inovadoras em Gestão Universitária: Interfaces entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: UFRJ e Iscte.
- Pedrosa, Júlio (coord.), Pedro Nuno Teixeira,, Maria João Moreira e Artur Miguel Santoalha (2017), *Educação Superior em Portugal: Uma nova perspetiva*, Lisboa
- Pruvot, Enora Bennetot, e Thomas Estermann (2017), *University Autonomy in Europe III: The Scorecard 2017*, Bruxelas, European University Association (EUA).
- RAIDES/DGEEC (2012), *Ensino Superior: situação em 2012/13 dos inscritos pela primeira vez em 2011/12 Dados Estatísticos*, Lisboa, DGEEC/MCTES.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e Manuel Heitor et al (orgs.) (2015), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.
- Silva, Augusto Santos, e Ana Serrano (2015), "A gestão do acesso ao ensino superior: entre a massificação e a regulação", em Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020



ANEXO

Quadro A1 –Peso do ponderador para cada subgrupo (célula)

Type of higher education institution	Field of study	Sex	age	Qualification/Degree	
				1 BA (ISCED 5 & 6)	2MA (ISCED7)
University	Education	Female	< 21 years	0,476630	0,000000
			21 -25 years	0,778388	0,519362
			26 -30 years	0,688918	0,733653
			30 years or over	3,569848	0,890438
		Male	< 21 years	0,858911	0,000000
			21 -25 years	0,000000	1,607901
			26 -30 years	0,000000	1,503094
			30 years or over	1,771503	1,272709
	Arts and humanities	Female	< 21 years	0,414410	0,125258
			21 -25 years	0,512502	0,570260
			26 -30 years	0,493663	0,521609
			30 years or over	0,742989	0,899962
		Male	< 21 years	0,881657	0,000000
			21 -25 years	1,344759	1,064165
			26 -30 years	1,377836	1,111663
			30 years or over	0,811193	1,983675
	Social sciences, journalism & information	Female	< 21 years	0,568964	0,404617
			21 -25 years	0,878713	0,508872
			26 -30 years	0,835511	0,503588
			30 years or over	1,162469	0,532768
		Male	< 21 years	1,042891	0,495067
			21 -25 years	1,621322	0,662909
			26 -30 years	1,520988	0,558122
			30 years or over	1,473271	0,582193
	Business, administration & law	Female	< 21 years	0,771363	0,116311
			21 -25 years	1,608149	0,659499
			26 -30 years	1,597037	0,922818
			30 years or over	2,866615	0,780742
Male		< 21 years	1,353905	0,059647	
		21 -25 years	3,728949	1,399115	
		26 -30 years	2,288192	1,785421	
		30 years or over	2,064198	1,190338	
Natural sciences, mathematics & statistics	Female	< 21 years	0,443966	0,553520	
		21 -25 years	1,025510	0,490533	
		26 -30 years	1,389765	1,705892	
		30 years or over	1,207843	0,477173	
	Male	< 21 years	1,199992	0,912593	
		21 -25 years	1,525461	1,087403	
		26 -30 years	1,189949	0,871692	
		30 years or over	2,230782	0,697865	
ICTs	Female	< 21 years	0,341612	2,594626	
		21 -25 years	0,608395	0,620324	
		26 -30 years	0,000000	0,823123	
		30 years or over	0,167010	0,375773	
	Male	< 21 years	1,041980	4,026144	
		21 -25 years	1,694815	1,449412	
		26 -30 years	1,592564	0,979695	
		30 years or over	0,557696	0,762731	
Engineering, manufacturing & construction	Female	< 21 years	0,701161	0,810293	
		21 -25 years	0,994607	0,936821	
		26 -30 years	0,782861	1,046271	
		30 years or over	2,737778	0,852946	
	Male	< 21 years	1,557521	1,312326	

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

		21 -25 years	6,697459	2,032165	
		26 -30 years	2,780724	2,139743	
		30 years or over	3,018117	1,897954	
Agriculture, forestry, fisheries & veterinary	Female	< 21 years	0,869647	0,779801	
		21 -25 years	0,709794	1,562368	
		26 -30 years	0,250516	0,000000	
			30 years or over	0,000000	2,845142
	Male	< 21 years	1,062902	2,048860	
		21 -25 years	3,972462	1,254815	
		26 -30 years	0,000000	0,000000	
			30 years or over	0,912593	0,000000
	Health & welfare	Female	< 21 years	0,341002	0,449122
21 -25 years			0,776471	0,686298	
26 -30 years			0,462687	0,626289	
			30 years or over	0,417526	0,914149
Male		< 21 years	0,419017	0,862839	
		21 -25 years	0,930487	1,258543	
		26 -30 years	0,000000	1,520988	
			30 years or over	0,492084	1,239158
Services		Female	< 21 years	0,900145	0,000000
	21 -25 years		4,020179	0,316829	
	26 -30 years		0,966275	0,432438	
			30 years or over	0,375773	0,480901
	Male	< 21 years	3,272970	0,035788	
		21 -25 years	7,300741	3,167233	
		26 -30 years	0,000000	1,306260	
			30 years or over	1,028903	1,455377

Type of higher education institution	Field of study	Sex	age	Qualification/Degree		
				1 BA (ISCED 5 & 6)	2MA (ISCED7)	
Other HEI	Education	Female	< 21 years	2,170539	0,000000	
			21 -25 years	3,194888	0,561029	
			26 -30 years	1,216790	0,727688	
				30 years or over	0,906628	0,422298
		Male	< 21 years	1,055744	0,000000	
			21 -25 years	0,000000	2,344111	
			26 -30 years	0,000000	1,592564	
				30 years or over	0,000000	1,744662
		Arts and humanities	Female	< 21 years	0,943713	0,000000
	21 -25 years			1,351683	1,192186	
	26 -30 years			0,730074	0,545766	
				30 years or over	0,000000	1,055744
	Male		< 21 years	2,665009	0,035788	
			21 -25 years	5,184140	2,254641	
		26 -30 years	2,099560	1,556776		
		30 years or over	1,336083	0,000000		
Social sciences, journalism & information	Female	< 21 years	0,404851	0,000000		
		21 -25 years	0,858911	0,586028		
		26 -30 years	0,626289	0,536819		
			30 years or over	0,000000	0,796282	
	Male	< 21 years	0,835052	0,000000		
		21 -25 years	1,735715	0,143152		
		26 -30 years	0,000000	0,286304		
			30 years or over	0,161046	0,805229	
	Business, administration & law (4)	Female	< 21 years	0,968815	0,017894	
21 -25 years			1,289660	1,434926		
26 -30 years			1,455004	2,090016		
			30 years or over	0,835052	0,721127	
Male		< 21 years	2,953083	0,000000		

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020

• • •

		21 -25 years	2,888758	2,180082	
		26 -30 years	2,974873	0,000000	
		30 years or over	0,881143	1,106173	
Natural sciences, mathematics & statistics	Female	< 21 years	1,252578	0,000000	
		21 -25 years	1,049780	0,313145	
		26 -30 years	0,000000	0,000000	
			30 years or over	0,000000	0,000000
	Male	< 21 years	3,829310	0,000000	
		21 -25 years	0,000000	0,241569	
		26 -30 years	0,000000	0,196834	
			30 years or over	0,769441	0,101399
	ICTs	Female	< 21 years	0,705534	0,000000
21 -25 years			0,000000	0,000000	
26 -30 years			0,000000	0,000000	
			30 years or over	0,456296	0,000000
Male		< 21 years	2,745607	0,000000	
		21 -25 years	2,147277	1,601511	
		26 -30 years	3,131445	0,608395	
			30 years or over	1,095111	2,236747
Engineering, manufacturing & construction		Female	< 21 years	1,092725	0,000000
	21 -25 years		0,818010	1,200523	
	26 -30 years		1,112409	0,792447	
			30 years or over	0,724706	0,952854
	Male	< 21 years	1,486877	0,000000	
		21 -25 years	2,498490	2,988294	
		26 -30 years	2,051842	4,300518	
			30 years or over	1,376643	2,134495
	Agriculture, forestry, fisheries & veterinary	Female	< 21 years	0,904459	0,000000
21 -25 years			1,857991	0,626289	
26 -30 years			0,666551	0,000000	
			30 years or over	1,136267	0,474190
Male		< 21 years	9,197503	0,000000	
		21 -25 years	6,692346	0,805229	
		26 -30 years	3,399855	0,000000	
			30 years or over	0,587519	0,000000
Health & welfare		Female	< 21 years	0,680399	0,035788
	21 -25 years		1,111964	1,125531	
	26 -30 years		1,143226	2,612520	
			30 years or over	1,345456	2,562673
	Male	< 21 years	1,572019	0,000000	
		21 -25 years	3,925938	0,000000	
		26 -30 years	1,339492	0,000000	
			30 years or over	1,290603	0,000000
	Services	Female	< 21 years	0,901689	0,000000
21 -25 years			1,611203	1,034868	
26 -30 years			1,807291	2,165171	
			30 years or over	0,704575	1,252578
Male		< 21 years	5,167780	0,000000	
		21 -25 years	4,254292	1,932549	
		26 -30 years	1,764346	1,771503	
			30 years or over	1,464750	0,984169